



**João Brum Rodrigues**

**A laje:  
uma plataforma de participação na favela da Rocinha**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio.

Orientadora: Rachel Coutinho Marques Da Silva

Rio de Janeiro

Maio de 2023



**João Brum Rodrigues**

**A laje:**

**uma plataforma de participação na favela da Rocinha**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em Arquitetura da PUC-Rio.  
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Prof. Rachel Coutinho Marques Da Silva**

Orientadora

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Rio

**Prof. Fernando Espósito Galarce**

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Rio

**Prof. Sergio Moraes Rego Fagerlande**

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFRJ

Rio de Janeiro, 18 maio de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

## João Brum Rodrigues

Graduou-se em Arquitetura e Urbanismo na PUC-Rio, em 2018. Participou como membro de grupos de pesquisa no PROURB/UFRJ (colaborador, 2018-2021) e no PPGArq/PUC-Rio (bolsista auxílio-técnico CNPq, 2019-2021). Atualmente trabalha como arquiteto na Bambutec, empresa especializada em estruturas de bambu.

### Ficha Catalográfica

Rodrigues, João Brum

A laje : uma plataforma de participação na favela da Rocinha / João Brum Rodrigues ; orientadora: Rachel Coutinho Marques Da Silva. – 2023.

106 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2023.

Inclui bibliografia

1. Arquitetura e Urbanismo – Teses. 2. Laje. 3. Favela. 4. Participação comunitária. 5. Autoconstrução. 6. Direito de laje. I. Silva, Rachel Coutinho Marques da. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD: 720

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer inicialmente aos meus pais, Denise e Antonio, por sempre estarem presentes e me apoiarem ao longo dessa e de outras jornadas durante minha vida. À minha irmã Lia, que pôde acompanhar de longe meu processo de amadurecimento. Aos meus avós, Odenir, Ítalo e Sylvia.

À minha companheira, Isadora, por ser minha parceira de afeto e carinho.

À minha orientadora, Rachel, por ter me guiado nessa aventura, não só durante este trabalho acadêmico, mas sendo fundamental para minha trajetória neste processo. Aos professores Sergio, Maíra, Tatiana e Fernando, por terem tido igual importância, me acolhendo e abrindo vários caminhos.

Aos colegas do Mestrado pela imensa amizade e grandes oportunidades de troca, em especial Clovis, Lizza e Leslie; além de Cynthia, Diogo, Poliane, Carlinhos, Rafa, Carol e Iane. Aos colegas da turma seguinte, em especial Anastasia, Marcos, Felipe e Lorrán. Aos membros do grupo de pesquisa “Urbanismo pelo Avesso”, que pude realizar frutíferas trocas, em especial Tatiana e Thalia, além de Fernanda, Milena, Vitor e Eduardo.

Aos colegas do Rocinha Sem Fronteiras, em especial Martins e Roberto. Aos colegas do APER, em especial Severino, Consuelo, Patrícia, Hans e Marta.

Aos meus grandes parceiros da música, Robério e Nagao.

À CAPES, não apenas pelo apoio através da bolsa de estudos da qual pude ser contemplado, mas pelo essencial papel na valorização à educação através do fomento do ensino e da pesquisa no território brasileiro.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”

## RESUMO

Rodrigues, João Brum; Coutinho M. da Silva, Rachel. **A laje: uma plataforma de participação na favela da Rocinha**. Rio de Janeiro, 2023. 106 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este projeto de pesquisa propõe analisar formas de participação e apropriação da laje, inserida no contexto espacial da favela, e tendo como estudo de caso o bairro da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. A dissertação investiga conceitos que subvertem noções tradicionais de conceituação espacial, e como se dá a autogestão dos moradores no que concerne aspectos relacionados com o uso da laje. No tecido urbano densamente ocupado das favelas, este espaço nas moradias pode funcionar como interface de interseção entre os limites do espaço coletivo e privado. Foram, portanto, investigadas as ações e intervenções dos moradores na laje através de um enfoque na observação de abordagens socioculturais nesse ambiente. Reconhece-se na laje um tipo determinado de apropriação urbana, identificando-a como uma alternativa dos residentes à escassez de espaços públicos livres em favelas. Podemos observar que ela é usada como local de práticas vinculadas a processos de autoconstrução e ao aluguel, evidenciando aspectos relacionados ao valor de uso e de troca da laje. No caso da Rocinha, tanto em seu cotidiano como durante a pandemia de COVID-19, observamos manifestações coletivas na laje associadas à atividades sociais múltiplas. O processo de pesquisa de campo também revelou a laje vislumbrada sob a ótica do morador, como um espaço de “projeção de sonho”. Tornou-se aparente nestes processos sobretudo um caráter descrito na pesquisa como “natureza híbrida”. Foram definidas como técnicas de pesquisa: revisão de literatura; pesquisa etnográfica *online* qualitativa; e pesquisa de campo pela participação em encontros de coletivos.

## PALAVRAS-CHAVE:

laje; favela; participação comunitária; autoconstrução; direito de laje

## ABSTRACT

Rodrigues, João Brum; Coutinho M. da Silva, Rachel. **The slab: a platform for participation in the favela of Rocinha**. Rio de Janeiro, 2023. 106 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research project proposes to analyze forms of participation and appropriation of the slab, inserted in the spatial context of the favela, and having as a case study the Rocinha neighborhood in the city of Rio de Janeiro, Brazil. The dissertation investigates concepts that subvert traditional notions of spatial conceptualization, and how the residents' self-management occurs regarding aspects related to the use of the slab. In the densely occupied urban fabric of the slums, this space in the dwellings can function as an interface of intersection between the limits of collective and private space. Therefore, the actions and interventions of slum dwellers are investigated through a focus on the observation of sociocultural approaches in this environment. A particular type of urban appropriation is recognized in the slab, identifying it as an alternative of residents to the scarcity of free public spaces in slums. We can observe that it is used as a place for practices linked to self-construction and renting processes, showing aspects related to the use and exchange value of the slab. In the case of Rocinha, both in its daily life and during the pandemic of COVID-19, we observed collective manifestations on the slab associated with multiple social activities. The field research process also revealed the slab glimpsed from the perspective of the inhabitant, as a space of "dream projection". It became apparent in these processes above all a character described in the research as "hybrid nature". The research techniques defined were: literature review; qualitative online ethnographic research; and field research through participation in collective meetings.

## KEYWORDS:

slab; favela; community participation; self construction; slab right

# SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>2. Uma leitura do espaço sob a perspectiva do uso da laje</b>	
2.1 Um breve histórico de ocupação da favela da Rocinha.....	20
2.2 O entendimento de produção do espaço e urbanismo subalterno.....	23
2.3 Uma dita informalidade e a ecologia dos saberes como contraponto.....	28
2.4 Quando a laje vira laje: perspectivas etnográficas do uso e apropriação da laje.....	35
<b>3. Direito de laje é direito à favela (e à cidade)</b>	
3.1 O valor de troca e o valor de uso inerente à laje.....	42
3.2 A dinâmica social nos processos de autoconstrução.....	46
3.3 Compreendendo a laje nas favelas em sua instância jurídica.....	54
<b>4. Manifestações na laje: apropriação e participação coletiva</b>	
4.1 A ideia de uso e apropriação e experiências introdutórias.....	62
4.2 Tipologias de uso e apropriação da laje na Rocinha.....	64
4.3 O caso contemporâneo (em tempos de pandemia).....	71
<b>5. A laje como projeção de sonho sob a ótica do morador.....</b>	<b>79</b>
<b>6. Considerações finais.....</b>	<b>82</b>
<b>7. Referências bibliográficas.....</b>	<b>86</b>

## **8. Anexos**

8.1 Anexo 1: Rocinha, 04.10.21.....	95
8.2 Anexo 2: Rocinha, 21.11.21 - Um diário de percepções.....	96
8.3 Anexo 3: Roteiro para entrevista semiestruturada.....	101
8.4 Anexo 4: Resultados das entrevistas no Parque Ecológico da Rocinha, 27.08.22.....	102
8.5 Anexo 5: Resultados das entrevistas no Parque Ecológico da Rocinha, 29.10.22.....	103
8.6 Anexo 6: Resultados das entrevistas no Parque Ecológico da Rocinha, 17.12.22.....	104



## Lista de figuras

Figura 1 — Esquema com vista panorâmica da Rocinha.....	12
Figura 2 — Vista da Rocinha em cima de uma laje.....	14
Figura 3 — Mapa do Município do Rio de Janeiro.....	16
Figura 4 — Mapa da Rocinha.....	18
Figura 5 — Diagrama ilustrativo de conexões.....	36
Figura 6 — Foto-ilustração de acessibilidade à laje.....	39
Figura 7 — Foto-ilustração de visita guiada na Rocinha.....	40
Figura 8 — Construção irregular no Parque Ecológico.....	44
Figura 9 — Sistema “DOM-INO”.....	49
Figura 10 — Detalhe em corte do sistema “DOM-INO”.....	50
Figura 11 — Primeira a quinta etapas do sistema construtivo.....	52
Figura 12 — Painel publicitário.....	57
Figura 13 — Mapa de Gabaritos da prefeitura.....	59
Figura 14 — Estudo de gabaritos do Plano Diretor da Rocinha.....	48
Figura 15 — Plano Diretor da Rocinha: mapa de gabaritos em recorte.....	61
Figura 16 — “Laje do Michael Jackson”.....	63
Figura 17 — Página da Laje do Carlinhos.....	66
Figura 18 — Página do Culto da Laje.....	66
Figura 19 — Página do Horta na Favela.....	67
Figura 20 — Página do Na Laje Designs.....	67
Figura 21 — Página do Yoga na Laje.....	68
Figura 22 — Página @laje.aluganarocinha.....	68
Figura 23 — Mapa de usos e apropriações da laje na Rocinha.....	69
Figura 24 — Visita à Rocinha com liderança local e grupo de pesquisa.....	71
Figura 25 — Programa Papo na Laje.....	73
Figura 26 — Panfletos anunciando a peça A Paixão de Cristo.....	75
Figura 27 — Encenação da peça A Paixão de Cristo.....	76
Figura 28 — Projeta Rocinha presenciado em uma laje.....	78
Figura 29 — Projeta Rocinha presenciado em uma laje.....	79
Figura 30 — Cachorro em uma laje na Rocinha.....	82

Figura 31 — Anotações <i>in loco</i> de visita.....	96
Figura 32 — Painel contendo a “História da Rocinha”.....	96
Figura 33 — Moradora observando a vista da Rocinha em quadra.....	98

*Pra saber o que está rolando no morro, eu subo na laje. Até agora eu consigo  
subir meio no automático. A Rocinha que tenho na cabeça é uma, mas não  
consigo precisar ao certo. Vou me guiando pelos barulhos, as buzinas, os tiros. É  
a única imagem que a memória ainda não levou.*  
(CARVALHO, 2020, p. 22.)

**"Ensaio sobre a quarentena"**

Edu Carvalho  
em "Na curva do S: Histórias da Rocinha"

**"Rap da Rocinha"**

MC Galo & DJ Marlboro

*Olêlê, olalá,  
A Rocinha pede a paz pro baile não acabar  
Olêlê, olalá,  
A Rocinha tem conceito em qualquer morro que chegar*

*É que eu sou da Rocinha, estou curtindo o clima  
Da maior favela da América Latina  
Zona Oeste, Zona Leste, Zona Norte ou Zona Sul  
Favela número 1, a roça da Zona Sul [...]*  
(DJ MARLBORO, 2018)

## Introdução



Figura 1 — Esquema com vista panorâmica da Rocinha, dando destaque ao uso e apropriação de uma laje.

Fonte: João Brum Rodrigues, 2021.

No cenário urbano informal e densamente ocupado das favelas, a laje de cobertura pode funcionar como interface de interseção entre os limites do espaço coletivo e privado. Tendo em vista suas particularidades no âmbito da convivência compartilhada e plural, o antropólogo Roberto DaMatta esclarece esse conceito, quando diz que:

[todas as casas] são únicas, se não como espaço físico de morada, pelo menos como domínio onde se realiza uma convivialidade social profunda [...] Mesmo quando são residências baratas ou casas de vila, construídas de modo idêntico, algo marca e revela sua identidade do grupo que a ocupa (DAMATTA, 1984, p. 26).

São analisadas, portanto, as sutilezas nas variadas formas de percepção de utilização do tipo de espaço analisado, que tendem a não se encaixar às normas convencionais de conceituação espacial.

A dissertação tem como objetivo geral analisar o **uso e apropriação da laje no contexto da favela**, sendo tal atividade definida como objeto de estudo para a problematização de questões envolvendo intervenções dos moradores, e sendo dado um enfoque na criação de percepções e diversidade de valores associados a uma abordagem sociocultural no ambiente contextual da favela.

Sendo assim, será utilizado no trabalho o emprego do termo “laje” compreendendo sua pluralidade semântica,

para além de sua definição técnica em arquitetura e urbanismo (obra contínua de concreto armado, a qual constitui sobrado, teto de um compartimento, ou piso, segundo o dicionário Aurélio), mas para definir um elemento construtivo presente nas favelas brasileiras que adquire aspectos de natureza social, cultural, política e jurídica. Ainda que a cobertura ou telhado na cidade formal possam eventualmente abrigar manifestações culturais, em sua maior parte são elementos de natureza privada de uma edificação (COUTINHO M. DA SILVA, RODRIGUES, 2022, p. 354).

Dentre as qualidades “globais” do elemento construtivo laje nas favelas em seu pleno aproveitamento, podemos citar, entre outras, as de espaço:

- Destinado ao convívio social propício ao encontro e à produção cultural;
- Favorável à sustentabilidade socioambiental (por exemplo, por meio de seu uso como hortas urbanas);
- Gerador de renda comunitária (através de práticas como o aluguel da laje);
- Mirante, criando possíveis ressignificações das perspectivas espaciais (a partir de relações diretas com o meio urbano imediato).



Figura 2 — Vista da Rocinha em cima de uma laje.

Fonte: João Brum Rodrigues, 2021.

O tema faz-se pertinente por reconhecer um tipo determinado de apropriação urbana, identificando-o como alternativa em vista à escassez de espaços livres públicos em favelas. Em termos de análise conceitual, denota-se no uso e apropriação das lajes nas favelas um potencial contemplado parcialmente.

A pesquisa também buscou aprofundar as noções de valor de uso e valor de troca, e como estas se interseccionam. É verificada uma realidade de perda de vínculos afetivos com o uso intrínseco da laje, tendo em vista movimentos de especulação imobiliária e verticalização da favela pela compra e venda das lajes. Neste trabalho, se propõe contrapor esta lógica a mecanismos de pertencimento e participação no cotidiano dos moradores, demonstrados em práticas como a gestão familiar de renda pela autoconstrução e movimentos de mutirão (o conhecido “bater a laje”).

Além de tudo isso, a laje se comprova um espaço ao ar livre benéfico para um local de caráter adensado como as favelas. Na situação de isolamento social em decorrência da pandemia de COVID-19, o uso da laje se destaca, tendo em vista os benefícios do convívio a céu aberto para a saúde mental — sem comprometer a saúde física através do possível contágio de grandes aglomerações no espaço

compartilhado —, na medida em que esse ambiente “controlado” tenha sido para a fruição de pequenos grupos não contaminados.

No que diz respeito à uma análise das lajes em ambientes de favela, uma visão mais antropológica já tem sido estudada pela socióloga Bianca Freire-Medeiros, principalmente em obras e artigos da autora como “Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística” (2009) e “Epistemologia da Laje” (2019). A autora estuda etnograficamente aspectos de ambiguidade na leitura espacial da laje e seus usos formais, e como estes moldam as relações entre as pessoas.

A laje em favelas estudada em seu espectro legal e econômico vem sendo abordada principalmente por Pedro Abramo (“A Cidade Com-Fusa: a mão inoxidável do Mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas”, 2007) e Cláudia Franco Corrêa (“Direito de laje: a invisibilidade do direito fundamental de morar nas favelas cariocas”, 2012). Nestes trabalhos, os autores lidam com a dinâmica formal de processos autoconstrutivos, onde a laje como elemento construtivo dialoga com a laje como instrumento jurídico.

Até o presente momento, durante a realização desta pesquisa de dissertação, o tema especificamente inserido dentro do campo da Arquitetura e Urbanismo vem sendo parcialmente apropriado, quando tangenciado mais amplamente e substancialmente em diálogo com temáticas referentes à favelas e moradia popular.

Como quadro referencial teórico pertinente para esta pesquisa, foram definidas bases conceituais em que se denota a importância de estipular investigações sobre o uso da laje. Estes conceitos indicam uma conexão entre a ideia de participação “de baixo para cima” e elementos de teorias e práticas de produção do espaço, evidenciados por noções como a ecologia de saberes, a cidadania insurgente e o urbanismo subalterno. Essas ideias serão explicitadas por meio do envolvimento dos habitantes e movimentos sociais locais em ações de mobilização ativa. Portanto, foram estabelecidos três referenciais teóricos como base da pesquisa.

Henri Lefebvre (1974), ao delimitar os meios de produção no espaço social, tripartido entre concebido, vivido e percebido, permite enxergar as dialéticas territoriais, suas evidências e carências. Estes conceitos de Lefebvre irão auxiliar



no que diz respeito às nuances na apropriação da laje, principalmente quando tratando da ideia de espaço vivido.

Ananya Roy (2011), que na ideia de urbanismo subalterno — designado para caracterizar um urbanismo que tem seu papel evidenciado como agente de mudança — reforça a noção de periferia: “significa uma relação de interdependência em um aparato de dominação, mas também se refere a uma localização topográfica específica: os bairros periféricos dos pobres urbanos”. O conceito apontado dialoga com o objeto de estudo principalmente quando este se coloca inserido dentro de uma noção de informalidade urbana.

Boaventura Sousa de Santos (2006), dentro de um contexto de megacidades do sul global, aborda o conceito de ecologia dos saberes, lidando com o referencial contra-hegemônico de práticas sociais geridas através do que considera como “outros saberes” se contrapondo ao que determina como “pensamento abissal”. A questão da participação, intrínseca ao objeto de estudo, está associada a estas ideias.

Foi definido como estudo de caso o recorte espacial da favela da Rocinha, localizada na Zona Sul do Município do Rio de Janeiro, inserido no Estado do Rio de Janeiro. Neste território, pretendeu-se analisar os usos e apropriações que ocorreram nas lajes das moradias locais, e como essa dinâmica teve expressões particulares no espaço para seus moradores.



Figura 3 — Mapa do Município do Rio de Janeiro, indicando em vermelho a localização do recorte da Rocinha. Em detalhe no canto inferior direito, indicação do Município em vermelho, inserido no Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: João Brum Rodrigues, 2023.



Foram considerados especificamente casos ocorridos no recorte temporal compreendido entre os anos de 2021 e 2022, entendendo como operaram espacialmente estas práticas em um momento inicialmente marcado pelo isolamento social provocado em decorrência da pandemia da COVID-19.

É proposto na pesquisa uma investigação de como essa dinâmica geral — espacial e temporal — se tornou associada às relações sociais neste território, identificando no processo a “natureza híbrida” — de caráter tanto coletivo como privado, aberto como fechado, etc. — dos espaços físicos proporcionados pelas lajes.

Especificamente no caso dessa comunidade, podemos observar a utilização das lajes como “mirantes informais”, associados à atividade turística, ao aluguel da laje, ou até mesmo sua venda, como uma forma de obter um complemento da renda familiar ou ganhos econômicos. Essa dinâmica está inserida no processo de autoconstrução, estimulando também um processo de verticalização que modifica continuamente a morfologia urbana na favela, que tornou-se corriqueira em tempos pré e durante a pandemia, e vem evidenciando aspectos dialéticos de valor de uso e de troca.

As práticas socioculturais relacionadas com a laje, tanto no período antes, mas também durante a pandemia de COVID-19 — iniciada no primeiro semestre de 2020 e apresentando certa flexibilidade em meados de 2022 —, revelam uma expressiva ausência de espaços públicos livres nas favelas, particularmente quando se torna evidente o caso no território da Rocinha:

estamos falando de um território de altíssima densidade populacional em que é muito difícil encontrar casas arejadas sobre as quais incida a luz do sol, e onde os espaços livres são quase sempre residuais (não planejados por qualquer legislação ou regra formal) (FREIRE-MEDEIROS, 2010, p. 5).

De uma forma geral, podemos verificar diferentes aplicações nas lajes na Rocinha, identificando tipologias específicas de formatos de laje e seus diferentes usos e apropriações, apropriadas de acordo com seu uso. Tipologias consolidadas do uso da laje na Rocinha, em seus variados perfis de ocupação, se definem por variadas configurações ou “eixos de ação”, de uso evidentemente marcado por uma

permanência no tempo. Dentre os casos com perfil mais coletivo, podemos citar manifestações diversas de caráter:

- Religioso;
- Turístico;
- Comercial;
- Comunicação;
- Hortifrutigranjeiro;
- Artístico.

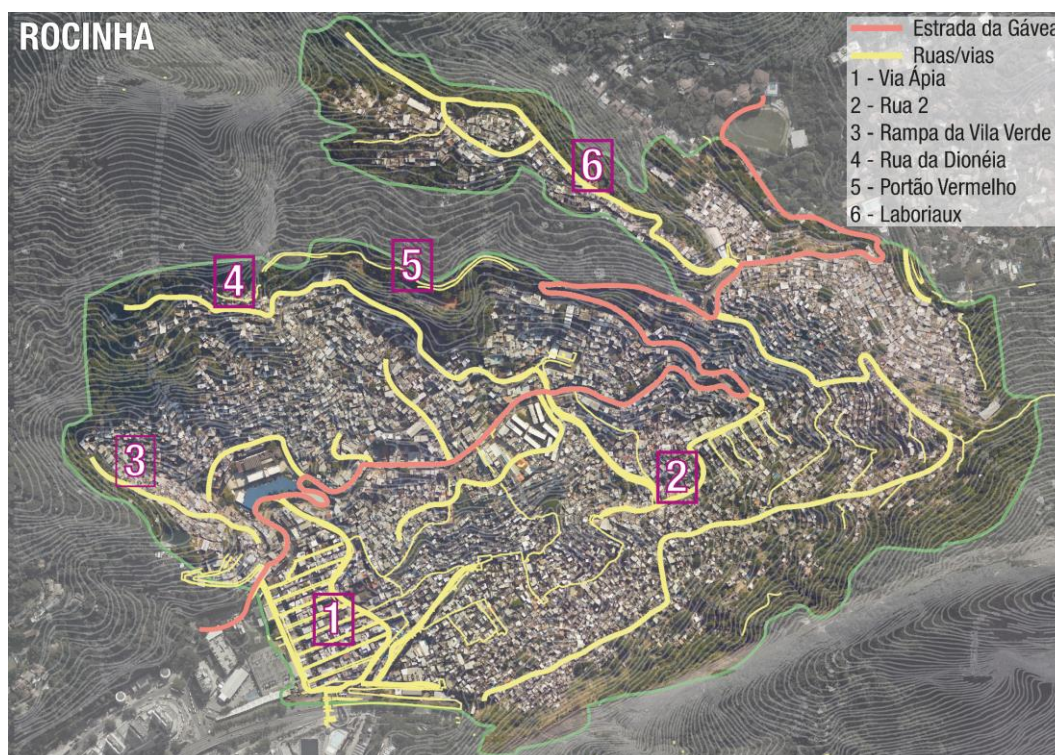


Figura 4 — Mapa da Rocinha demarcando sua fronteira, vias principais, localidades de destaque e topografia.

Fonte: João Brum Rodrigues, 2020.

A metodologia decorre dos conceitos utilizados descritos acima, mais especificamente sendo observada a laje sobre a perspectiva das ideias de produção do espaço, urbanismo subalterno e ecologia dos saberes.

Como método para o trabalho de pesquisa de campo, é proposto uma organização prévia para abordagem adequada com a população, na qual foi realizada uma pesquisa etnográfica *online* de caráter qualitativo, a partir da coleta de dados e engajamento em redes sociais, que também incluiria a participação em

eventos e reuniões de coletivos, com o intuito de assimilar a maior variedade possível de falas locais. Além disso, foi considerada a inclusão de entrevistas — em um roteiro composto de entrevista semiestruturada — com figuras de liderança e fomentadores de eventos-chave, e moradores que puderam participar de algum tipo de atividade.

À partir de dados suficientemente coletados, também foi realizado um mapeamento através de bases georreferenciadas, indicando a legibilidade das áreas ocupadas e/ou de intervenção, e suas interações imediatas com o contexto específico e geral.

Dessa forma, foram definidos os seguintes capítulos estruturando a pesquisa, nos quais podemos destacar seus principais tópicos abordados:

- **Capítulo 2 — Uma leitura do espaço sob a perspectiva do uso da laje:**  
Análise das sutilezas nas formas de utilização e nos variados tipos de uso e apropriação, que tendem a não se encaixar às normas convencionais de conceituação espacial, em seu caráter de natureza híbrida.
- **Capítulo 3 — Direito de laje é direito à favela (e à cidade):**  
Identificação dos processos de ocupação no território estudado, posta em contraponto à uma realidade legal de desigualdade ao direito de superfície, inserida na leitura de uma escala urbana mais abrangente e formal.
- **Capítulo 4 — Manifestações na laje: apropriação e participação coletiva:**  
Reconhecimento na *tópos* específica sua potência de manifestação comunitária, denotando como as práticas sociais se configuram de maneira organizada e/ou esporádica, evidenciadas sobretudo durante o isolamento social na pandemia de COVID-19.
- **Capítulo 5 — A laje como projeção de sonho sob a ótica do morador:**  
após a avaliação dos resultados da pesquisa de campo, revelar um aspecto considerado à posteriori dentro do processo de pesquisa. As considerações realizadas neste capítulo foram importantes ao ressignificarem as

percepções dentro do desenvolvimento do trabalho, ao identificar a laje, sob a ótica do morador, como espaço destinado à sua "projeção de sonho”.

## **2**

### **Uma leitura do espaço sob a perspectiva do uso da laje**

#### **2.1**

##### **Um breve histórico de ocupação da favela da Rocinha**

O território que hoje é reconhecido como sendo pertencente à favela da Rocinha traçou seu perfil de ocupação através de circunstâncias que historicamente sinalizam muitas das dinâmicas socioespaciais que enxergamos na atualidade.

Com o destaque topográfico dado principalmente às encostas dos morros Dois Irmãos e Laboriaux, em uma localidade de vale, a comunidade da Rocinha demarca suas fronteiras entre os limites dos bairros de São Conrado e Gávea, no município do Rio de Janeiro, dentro do estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Legalmente falando, com a instituição da Lei de Terras de 1850, em que a “mudança na legislação estabelece a compra como única forma de obtenção de terras públicas, inviabilizando os sistemas de posse” (INSTITUTO MOREIRA SALLES & MUSEU SANKOFA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ROCINHA, 2014), se dá o início da intensificação da grilagem no território nacional, processo no qual muitas cidades novas e loteamentos a partir de 1850, hoje considerados legais, tiveram sua origem (CARVALHO, 1988).

A região passa então a ter sua apropriação em destaque, de caráter rural, na década de 1910 por proprietários que destinaram seus terrenos com o fim de cultivarem produtos de horticultura, após a repartição de uma fazenda da região, a Fazenda Quebra-Cangalha (INSTITUTO MOREIRA SALLES & MUSEU SANKOFA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ROCINHA, 2014). Essa produção hortifrutigranjeira, em lotes de perfil estritamente ruralizado, por sua vez era vendida nos arredores imediatos formalmente estabelecidos dos bairros já citados, especialmente na área da atual Praça Santos Dumont — de onde, pelo hábito da fala no dia a dia dos vendedores e clientes, foi definido o nome da comunidade: "as verduras e legumes vieram lá da rocinha", etc. (Anexo 1).

A fim de traçarmos os primórdios da aglomeração residencial que origina o que hoje conhecemos como a Rocinha, começando a acontecer no final da década de 1920, segue a contundente estruturação dada:

Por volta de 1927, parte da área foi loteada com terrenos de 270 m<sup>2</sup>. Na época, a localização da Rocinha era periférica em relação às áreas centrais da cidade e seus primeiros moradores foram operários de fábricas, situadas, principalmente, na Gávea [...] A favelização da área só se iniciou efetivamente após 1937, quando o loteamento foi embargado pela prefeitura. Uma vez que os proprietários perderam o interesse pela área, a Rocinha passou a ser considerada como 'terra de ninguém' (ANDRADE, L. da S., VALVERDE, R. R. H. F., 2003, p. 57, 58).

Torna-se pertinente observar que, anteriormente e durante esse recorte temporal específico — inserindo a formação do que hoje se entende como o território da Rocinha — foi sendo aos poucos introduzido e assimilado socioculturalmente o termo “favela”, com seu significado específico para o consciente coletivo brasileiro da época. A princípio, como indicado por Valladares (2005), o entendimento dessa palavra começa a ser utilizado identificando-a como um problema urbanístico, dentro de um cenário de “políticas intervencionistas do poder público durante a primeira metade do século XX” (COUTINHO M. DA SILVA, 2022, p. 51, 52). Como inteligível ponto de partida, se ressaltaram no princípio dos processos formadores das favelas, mais particularmente iniciadas no município do Rio de Janeiro, mas também ocorrendo nos aglomerados urbanos e periféricos de essencialmente todo o Brasil, o início das relações de segregação e estigmatização que se perpetuam estruturalmente em nossa atualidade do século XXI. É importante notar que, no entanto, as origens do termo também indicam um ideal de resistência, ao lembrarmos de sua menção histórica no caso da planta favela, encontrada no que hoje se considera como a primeira favela brasileira, o Morro da Providência — originalmente ocupada pelos ex-soldados que lutaram em Canudos, assim como registrado na obra “Os Sertões” (1902), de Euclides da Cunha (VALLADARES, 2005, p. 28).

Voltando sucintamente aos processos históricos de ocupação da Rocinha, por volta dos anos 40, com o tempo se passando, os lotes previamente demarcados começaram a ser repartidos e ocupados, e assim foi se iniciando o crescimento

“orgânico” da favela, que teve como propulsor principal seu posicionamento estratégico (INSTITUTO MOREIRA SALLES & MUSEU SANKOFA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ROCINHA, 2014). Dentro da Zona Sul, o território teve a vantagem de ser um ponto inserido dentro de um mercado de trabalho — serviços domésticos, construção civil, etc. — para a população com mais baixa renda e perfil profissional menos especializado.

A ocupação nas encostas também explica, em parte, o favorecimento para o atual perfil construtivo nesta favela. A partir dos anos 1970, com o advento de técnicas mais aprimoradas em relação ao uso do concreto na construção civil — e com a mão-de-obra masculina acostumada a esse tipo de trabalho compondo considerável parte da população que reside nessa área, que a esse ponto já estava habituada a estas “novas” práticas —, a materialidade da favela começa a se alterar. Esse movimento se dá especialmente “através de estratégias diversas, que iam da jornada adicional de trabalho — para obter os recursos necessários para a remuneração de mão de obra — à autoconstrução, contando, ainda, com o apoio de amigos e parentes” (LEITÃO, 2004, p. 130).

As casas de barracos em madeira gradualmente se transformaram em moradias com estruturas de concreto e paredes de alvenaria<sup>1</sup>, que passaram a favorecer o adensamento urbano através da subsequente capacidade de verticalização dessas habitações, uma possibilidade que até então era tecnicamente impossível. Terry (2021) também salienta essa questão, acrescentando o seguinte dado: dos então novos espaços residenciais inseridos numa determinada condição de “canteiro permanente”,

A principal inovação trazida com a incorporação do concreto armado às construções das favelas foi a possibilidade de crescimento através da verticalização e a introdução das lajes de cobertura, que além da possibilidade de ampliação da moradia, passaram a desempenhar a função de quintal, sendo utilizadas pelas famílias como local de serviço e de recreação, e [...], servindo como local de estocagem do material de construção para futuras obras. As entrevistas que o autor fez com moradores da Rocinha revelaram a importância dada à estrutura das casas,

---

<sup>1</sup> Tal fato coincide com o momento de mudanças políticas que favoreceu o estabelecimento mais consolidado dos moradores nas favelas, principalmente devido a investimentos em infraestrutura e saneamento durante o período de redemocratização no governo Brizola (1983-1986), no Estado do Rio de Janeiro (CAVALCANTI, 2009, p. 73).

onde “todos, sem exceção, têm a visão de que tudo que for gasto na execução de fundações, pilares e vigas será recompensado mais adiante com a possibilidade de construir mais pavimentos” (TERRY, 2021, p. 100).

Esta permanência dentro da ideia de canteiro, sem forma finalizada, “é implicitamente fragmentária, em função desse contínuo estado de incompletude”. Inserido no espaço-tempo, esta realidade “que nunca termina” se contrasta com o projeto pré-estabelecido, com fins determinados, de “uma arquitetura feita por arquitetos”, sempre com propensões palpáveis de conclusão da obra (JACQUES, 2001, p. 24).

Tradicionalmente os barracos possuíam, como característica material na cobertura, por exemplo, o telhado formado por telhas de zinco em um único pavimento, sem possibilidades materiais de elevação por terem um sistema estrutural relativamente frágil, em geral de pau a pique ou madeira. Com os pilares, vigas e lajes de concreto armado, foi facilitado todo o processo de escalonamento construtivo nas encostas: favorecendo a ocupação não só pelo já citado adensamento vertical através das lajes, intrínseco a esse sistema edificador, verifica-se também a extensão e superação das fronteiras originais desta favela, por meio do significativo espraiamento na topografia em relevos de talvegue consideravelmente e progressivamente mais acidentados.

## 2.2

### **O entendimento de produção do espaço e urbanismo subalterno**

No âmbito social das cidades, a análise socioespacial pode ter uma relação de viés tanto aproximado quanto mais distanciado, sendo possível enxergar no intermédio desses processos os variados níveis de vínculo e as diferentes camadas de interação que se sintetizam num conjunto de relações com o local. Abaixo serão detalhados os conceitos de alguns autores sobre a produção social do espaço que guiam os pressupostos dessa dissertação.

Henri Lefebvre, ao delimitar os meios de produção no espaço, permite enxergar as dialéticas territoriais, suas evidências e carências. Em sua obra de 1974, “A Produção do Espaço”, exhibe a ideia das relações sociais de produção dentro da trama espacial. Nesse caso, o destrinchar dessa análise se dispõe de um método que

o distingue através de conceitos organizados dentro de uma tríade: concebido, vivido e percebido.

O espaço concebido entende o território como o local de projeto, do plano pré-determinado a ser executado, passando do campo das ideias para o campo material:

As **representações do espaço**, ou seja, o espaço **concebido**, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido [...]. É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retornar) para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente (LEFEBVRE, 1974, p. 67).

Em conformidade com esse discurso, Harvey (1989, p. 73) cita o capital corporativo, se apropriando do “artifício modernista do livro do arquiteto” e demonstrando seu poder: “as terras especulativas e o desenvolvimento das propriedades (obter aluguel pela terra e construir com lucro, rapidamente e com baixos custos) eram forças dominantes numa indústria do desenvolvimento e da construção que eram um dos principais setores de acumulação do capital”.

Em contrapartida ao discurso do concebido, o espaço vivido é o do território enraizado pelas marcas da experiência local, do uso da população a quem o é pertencido:

Os **espaços de representação**, ou seja, o espaço **vivido** através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais (LEFEBVRE, 1974, p. 67)

A favor de uma compreensão sobre o que são as cidades, Jane Jacobs (apud HARVEY, 1989, p. 75, 76) acredita no enfoque dos processos sociais de interação,



em ambientes urbanos “saudáveis” com complexidade organizada, de energia de interação que dependem da diversidade e da capacidade de lidar com o inesperado. Para a autora, a rigidez na conformidade dos usos da terra de alguns processos do mercado iria contra uma naturalidade humana. Sendo assim, planejadores eram vistos como “inimigos da diversidade”, “temendo o caos e a complexidade por considerá-los [...] irracionais”.

O espaço percebido, de certo modo, intersecciona os conceitos de concebido e vivido apontados, em uma assimilação concatenada da experiência de reconhecimento, evidenciando o encontro da vida planejada com a vida cotidiana:

O que é a prática espacial no neo-capitalismo? Ela associa estreitamente, no **espaço percebido**, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida ‘privada’, dos lazeres). Associação surpreendente, pois ela inclui em si [pressupõe] a separação exacerbada entre esses lugares que ela religa. A competência e a performance espaciais próprias a cada membro dessa sociedade só se examinam empiricamente. A prática espacial “moderna” se define, portanto, pela vida cotidiana de um habitante de HLM [*Habitation à Loyer Modéré*: Habitação de Interesse Social] no subúrbio, caso-limite e significativo; o que não autoriza negligenciar as auto-estradas e a aero-política. Uma prática espacial deve possuir uma certa coesão, o que não quer dizer uma coerência (intelectualmente elaborada: concebida e lógica) (LEFEBVRE, 1974, p. 66-67).

Em “A Revolução Urbana” (1970), Lefebvre apresenta o que chama de “fenômeno urbano”. Implicando no conjunto da prática social, este fenômeno se apresenta como realidade global, total, a qual é impossível de ser apreendida imediatamente: “a cada avanço, surge uma interpretação ideológica que imediatamente se converte em prática redutora e parcial”. Quando o desenvolvimento social é assimilado ao crescimento industrial, os espaços diferenciais do urbano específico e do “habitar” desaparecem, e a planificação geral subordina a realidade urbana (p. 52, 53).

Partindo dessa ótica, quando associamos o espaço vivido como componente fundamental para o pertencimento de uma população que se apropria de seu local, podemos enxergar — e, logo assim denominar como espaço percebido — no

cenário urbano informal e densamente ocupado das favelas um contexto de escassez de espaços públicos.

Portanto, torna-se importante ressaltar que o protagonismo local tem sua expressão determinante na apropriação destas qualidades, associado a todo um repertório cultural em sua dinâmica interna, com raízes previamente estabelecidas:

As questões culturais e principalmente estéticas das favelas sempre foram um tabu, embora todos saibam que o samba e o carnaval — e tantas outras festas populares e religiosas —, ícones da nossa cultura popular, se desenvolveram e têm ligação direta com esses espaços. [...] Além de fazerem parte do nosso patrimônio cultural e artístico, as favelas vão se formando através de um processo arquitetônico e urbanístico vernáculo singular, [...] se investe de uma estética própria, com características peculiares, completamente diferente da estética da cidade dita formal. (JACQUES, 2001, p. 13)

Tal protagonismo se adequa à percepção relatada acima, que apesar de ser feita através de uma leitura conceitualmente mais ampliada de favela, também poderia se adequar no caso da laje, quando percebido como um objeto em olhar mais aproximado, que compartilha das mesmas características

Tendo em vista estas particularidades na esfera da convivência compartilhada e plural, também põe-se em reflexão questões abordadas pela cidadania insurgente (HOLSTON, 2008), conceito que aponta, mais especificamente no caso da periferia autoconstruída brasileira “formulações alternativas de cidadania”, compreendendo que os “locais de inovação metropolitana frequentemente surgem nos próprios locais de degradação metropolitana” e determinando estes atos particulares de cidadania urbana como sendo “fundamentalmente manifestações da periferia” (Ibid., p. 2).

Ao desenvolver o conceito de urbanismo subalterno – designado para caracterizar um urbanismo que tem seu papel evidenciado como agente de mudança – Roy (2011) reforça duas noções importantes para a articulação de bases conceituais para a análise da laje, de acordo com o estudo de caso que será proposta a análise. A primeira, de periferias, que “significa uma relação de interdependência em um aparato de dominação, mas também se refere a uma localização topográfica específica: os bairros periféricos dos pobres urbanos” (ROY, 2011, p. 232). E a

segunda, a de informalidade urbana, será a questão de maior enfoque apropriada, que articula-se com a formalidade urbana dialeticamente, sendo que em ambos os casos exprimem relações de poder e de classe. As áreas formais, sofrem pressões diversas e muitas vezes ilegítimas do mercado imobiliário, mas adquirem legitimidade e, conseqüentemente, são aceitas no arcabouço jurídico urbanístico. Contudo, as diversas formas de informalidade são criminalizadas (Ibid., p. 233).

Além disso, Roy (2011) propõe outras duas categorias para refletir sobre o urbanismo subalterno: as zonas de exceção e os espaços cinzentos. A autora propõe ir além das noções que caracterizam as metonímias do subdesenvolvimento, tais como megacidade, favela, política de massas e os hábitos dos despossuídos. Portanto, o urbanismo subalterno diz respeito aos espaços de moradia das classes subalternas, ou seja, aos espaços subalternos.

A noção de urbanismo subalterno seria um importante paradigma, pois pretende dar visibilidade e reconhecer os espaços da pobreza e as formas populares de apropriação dos locais que são invisíveis e propositalmente esquecidos pela teoria urbana do Norte Global. No entanto, a autora propõe ultrapassar o significado de subalternidade restrito aos espaços de pobreza e formas de agenciamento popular, para propor as categorias de periferias, informalidade urbana, zonas de exceção e espaços cinzentos, que são mencionadas acima (ROY, 2011). A noção de subalternidade relaciona-se à noção de subordinação. Examinar as práticas sociais e culturais que acontecem nas zonas de exceção e nos espaços cinzentos seria então uma forma de ultrapassar a noção de subordinação e reconhecer que os subalternos podem ser agentes de transformação. Desta forma, o urbanismo subalterno quer recuperar os moradores da favela como sujeitos da história.

Lefebvre considera que a realidade urbana modifica as relações de produção e se torna ela mesma uma força produtiva. O espaço e a política no espaço expressam não somente as relações sociais, mas são alimentadas por essas. O autor argumenta que a lei, a técnica e o Estado, a partir da Revolução Industrial, seguem a lógica da mercadoria. Desta forma, para se manter a racionalidade industrial são necessárias práticas institucionais baseadas na ordem e em coerções. Assim, as várias lógicas, (da mercadoria, do Estado, das leis, do espaço e do urbanismo) que tem em comum apenas a mais-valia, entram em colisão (LEFEBVRE, 1970, p. 42, 44). Essas contradições não conseguem ser resolvidas pelo urbanismo institucional, e pelas esferas jurídicas no poder. Assim, temos o urbanismo subalterno conforme

Roy. Para lidar com essas situações, uma nova noção é proposta: a do urbanismo pelo avesso. Trata-se de considerar as práticas sociais insurgentes e cotidianas, e trabalhar com uma nova práxis urbanística, colaborativa e concebida pelos próprios moradores das favelas ou assentamentos precários (COUTINHO, 2016). Os usos e apropriações da laje na favela configuram não somente um tipo de urbanismo subalterno, mas também uma forma de urbanismo pelo avesso.

## 2.3

### Uma dita informalidade e a ecologia dos saberes como contraponto

A fim de se esclarecer uma instância paradigmática, é permitida ser aberta uma chave conceitual, a seguir. É interessante observar que o dicionário Houaiss define a palavra *informalidade* como "ausência de formalidade" (INFORMALIDADE, 2021). Por sua vez, a palavra *formalidade*, no mesmo dicionário, dentre suas possíveis opções, pode se definir como um "conjunto de prescrições quanto ao ritual e procedimentos que devem ser observados na formação de um ato para que este produza efeitos jurídicos" (FORMALIDADE, 2021). Quando nos aproximamos dos estudos sobre as cidades, compreendemos que

A utilização dos termos formalidade e informalidade no âmbito urbano possui um caráter estratégico que pode servir para organizar conceitualmente um arcabouço normativo, que irá incluir ou excluir determinadas porções da cidade (COUTINHO M. DA SILVA, RODRIGUES, 2022, p. 357).

Rolnik (LABCIDADE FAUUSP, 2021), conceitua o território da informalidade como sendo o espaço que demarca a fronteira de quem é esse "outro", no qual o planejamento urbano torna-se ao mesmo tempo linguagem e instrumento de legitimação para tal dinâmica. A função hegemônica do planejamento urbano tradicional seria a regulação do acesso à terra e ao solo urbano, definindo que tem acesso e quem não tem. Em outras palavras, entende-se que o planejamento nesse sentido "tem um papel muito grande em definir bloqueios e acessos" dentro de uma economia política das cidades (LABCIDADE FAUUSP, 2021). Àqueles que são excluídos — não entrando no vínculo de estratégia de regulação do espaço —, o "outro" nega-se o(s) direito(s) à cidade, e à gestão do território pelas instituições do

Estado, assim lidando com o problema da "representação do lugar real no papel" (LABCIDADE FAUUSP, 2021).

Assim como Rolnik, Roy destaca a ausência do planejamento institucional nos espaços informais, e a necessidade de se entender a informalidade como um fenômeno da distribuição desigual da riqueza e da posse da propriedade: “os espaços informais parecem ser a exceção ao planejamento, situando-se fora de seu domínio de controle”<sup>2</sup> (2005, p. 155). Em confluência com esse discurso, e elaborando mais a conceituação vinculada à problematização acerca da informalidade urbana, Roy também ressalta que, indo mais além com o questionamento acerca do ofício dos planejadores sobre os papéis vinculados à esse jogo, há a importante necessidade de entender que “a questão mais fundamental em jogo na informalidade é referente à distribuição de riqueza e posse de propriedade desigual, de que tipos de mercados estão em funcionamento em nossas cidades e como eles moldam ou limitam a acessibilidade”<sup>3</sup> (Ibid., p. 155). Nesse contexto, a autora ressalta o papel dos diferentes tipos de mercado na conformação do espaço urbano, e os limites impostos pela desigualdade no acesso à propriedade formal.

Entrando nesse universo, o uso da terra urbana no contexto da informalidade das megacidades do Sul Global aparenta ser um dos fatores considerados prioritários para entrarem na agenda do planejamento urbano (Roy, 2005). Da mesma forma, os aspectos relacionados à propriedade devem ser centrais para se enfrentar a exclusão e a informalidade, ou seja, deve-se atentar, sob mesma medida, às questões referentes à propriedade: e dessa forma, — considerando menos o uso atrelado à sua veia utilitarista — reavaliar para quem as coisas pertencem, e quem são os personagens envolvidos (2005, p. 155).

Acontece que, em termos de uma definição clara de um protagonista no meio de todos esses personagens, Rolnik (LABCIDADE FAUUSP, 2021) destaca: “por mais que o privado vá entrando nos processos de transformação urbana, o Estado é o protagonista (...) inclusive no ponto de vista do financiamento”, onde “o planejamento é e sempre foi um laboratório de reconfiguração territorial

---

<sup>2</sup> Tradução feita pelo autor do texto original, em inglês (T.A.): “*Informal spaces seem to be the exception to planning, lying outside its realm of control*”.

<sup>3</sup> T.A.: “*the more fundamental issue at stake in informality is that of wealth distribution and unequal property ownership, of what sorts of markets are at work in our cities and how they shape or limit affordability*”.

comandado pelo Estado"(LABCIDADE FAUUSP, 2021). Como a condição global de informalidade — inclusive vinculada ao planejamento — está intrinsecamente atrelada ao aparato do Estado, o qual é identificado como o agente que majoritariamente promove a exclusão, “lidar com a informalidade significa, portanto, em parte, confrontar como o aparato de planejamento produz o não-planejado e não-planejável”<sup>4</sup> (ROY, 2005, p. 156).

Entrelaçando o papel do Estado com a supracitada condição de informalidade e de uma suposta ilegalidade dos assentamentos informais, Rolnik (2015) coloca em destaque que estas últimas impõem desafios para os órgãos da burocracia do Estado para questões como a regularização fundiária da terra, “abrindo espaço para que essa demanda só ocorra de forma seletiva e intermediada” (ROLNIK, 2015, p. 181).

Portanto, dentro da questão da sobreposição dos direitos, torna-se necessário destacarmos uma situação de “pluralismo jurídico” — definido nas palavras de Santos (1999) como “Direito de Pasárgada” —, no qual ocorreria em operação num mesmo território “o encontro, coexistência e, muitas vezes, conflito” entre ordens jurídicas distintas (ROLNIK, 2015, p. 176). Observamos esta situação no que se refere à condição legal da laje, que apesar de existir o direito à superfície no direito urbanístico, a venda ou aluguel da laje muitas vezes não se torna plenamente legitimada pelo poder público quando vista sob a realidade da favela.

Juntamente com o já referido conceito de informalidade, a ilegalidade também se verifica como exercendo influência determinante na execução da lei: “o aparato legal e de planejamento urbano tem o poder de declarar a suspensão da ordem urbanística, determinando o que é “ilegal” e o que não é, assim como quais formas de “ilegalidade” poderão subsistir e quais devem desaparecer” (Ibid., p. 193).

A fim de compreendermos a fundo o *background* que se constitui como base para a dinâmica acima referida, é de extrema validade se considerar as origens históricas dos processos de ocupação dita informal e de evolução dos bairros periféricos, nos quais Rolnik argumenta que suas origens não constituem uma ilegalidade:

---

<sup>4</sup> T.A.: “To deal with informality therefore partly means confronting how the apparatus of planning produces the unplanned and unplannable”.

Em primeiro lugar, a formação desses bairros não tem necessariamente origem numa violação da lei. Quando os futuros moradores ocupam uma terra vazia, sem consentimento de seu proprietário, estão, em princípio, violando a lei e podem estar sujeitos a punições legais por isso. Entretanto, em muitos casos, a terra pode não ter “proprietário” formal ou, ainda, ser objeto de disputa entre vários postulantes. Assim, mesmo numa situação que parece, a princípio, claramente configurada como ilegal, a presença dos ocupantes pode não ser imediatamente contestada, levando muitas vezes à consolidação da ocupação. A favela [...] na realidade sequer representa a origem da maior parte dos assentamentos. Muito mais comuns do que a ocupação de terrenos são as **distintas formas de compra ou aluguel de pedaços de terra que não foram objeto de parcelamento oficial do solo** e que, em geral, nem poderiam ser aprovadas pelas normas em vigor (ROLNIK, 2015, p. 181).

Portanto, embora alguns poucos bairros pudessem ter sua origem na ocupação ilegal de terrenos vazios com proprietários registrados, e assim, seriam objeto de sanções legais, a grande maioria dos assentamentos periféricos a ocupação se deu em terras públicas, ou em zonas de grilagem. Com o processo de grilagem — fenômeno que por sua vez foi intensificado a partir da Lei de Terras de 1850 — muitas cidades novas e loteamentos, hoje considerados legais, tiveram sua origem (CARVALHO, 1988). Partindo desse princípio, tanto a favela como também vários assentamentos precários e loteamentos irregulares não podem ser considerados ilegais.

Essa conceituação de ilegalidade passa pela noção de legitimidade. Sob essa ótica, Coutinho (2005) discute a informalidade urbana a partir das normas urbanísticas, que desconsiderando a realidade urbana, são atribuídos valores monetários, cuja negociação pode ser feita sob o espectro tanto da legalidade como da ilegalidade. Sendo assim, um impacto significativo da legislação urbanística — conformada pelos grupos de interesse que detém poder econômico e político — é sofrido no ambiente construído das cidades brasileiras, como argumenta a autora.

Retomando algumas noções que fogem de supostas noções vigentes de formalidade e informalidade citadas anteriormente, uma leitura tripartida dos tecidos urbanos pode ser identificada:

A primeira refere-se a uma parte da cidade que está em conformidade com as normas urbanísticas vigentes (e tudo que é necessário para a aprovação e legalização de um imóvel) que a autora chama de **tecido urbano legítimo**. A segunda [...] infringe as normas vigentes, porém possui maneiras de regularização, via decretos ou leis pontuais casuísticas, ou mesmo por meio de troca de favores ou subornos, que constitui o chamado **tecido urbano ilegítimo**. E por fim, existe uma terceira fração da cidade, cujos moradores não tem acesso por diversas razões aos mecanismos jurídicos ou outras formas de legalização ou regularização, e constitui o **tecido urbano extralegal** [...] associada aos segmentos sociais excluídos do jogo político e econômico, que criam novas formas de ocupação urbana, baseadas na realidade material do seu cotidiano. A condição de exclusão social e à margem do sistema formal de propriedade introduz novas práticas sociais e culturais (COUTINHO 2005, p. 12-13 apud COUTINHO M. DA SILVA, RODRIGUES, 2022, p. 359).

Nesse estado da “cidade irregular”, alude-se portanto à noção de que é nela onde ocorrem os "processos de auto-urbanização num contexto de escassos recursos em permanente diálogo com o planejamento e com a norma" (LABCIDADE FAUUSP, 2021), sendo circunstâncias consequentemente indissociáveis: práticas de autoconstrução e de autogestão em um contexto de precariedade social e urbana, no qual os recursos são escassos e o acesso às normas urbanísticas e ao planejamento urbano institucional inexistente. Essas circunstâncias, delimitadoras do espaço, se configuram centrais na economia política das cidades,

não em sua capacidade de regular esses espaços, mas para fornecer a linguagem, a epistemologia e os instrumentos para demarcar as fronteiras de uma inserção discricionária subalternizada das maiorias que ali estão e permanecem consolidando seus espaços através de processos lentos, cem por cento negociados com o Estado e o mercado (LABCIDADE FAUUSP, 2021).

Retomando alguns conceitos que já foram abordados, é atentado por Roy que as legislações urbanísticas e o valor de troca presente na renda da terra urbana existe, mas que os urbanistas deveriam atentar a outros elementos tendo como premissa a justiça social e direito à cidade (ROY, 2005, p. 155). Sendo assim, deve-se se atentar principalmente à retomada do ideal notoriamente pré-estabelecido por



Lefebvre: “eles também devem prestar atenção às declarações de valor de uso que constituem o direito à cidade”<sup>5</sup> (Ibid., p. 155). Resgatar este laço das pessoas com a cidade é principalmente importante quando não deixamos de considerar a referida condição de “cidade irregular” citada no parágrafo anterior, principalmente entendendo que a noção de valor de uso e de troca está presente nas reflexões dos autores acima mencionados e será importante para a compreensão da ambiguidade presente na apropriação da laje na favela.

Nesse sentido, Roy (2005) considera três questões cruciais para uma epistemologia do pensamento urbano: ultrapassar a questão do uso da terra para questões de justiça redistributiva, repensar o objeto do desenvolvimento e substituir os modelos de melhores práticas (*best practices models*) por um entendimento crítico da realidade social (Ibid., p. 156). Como ela afirma, tais abordagens nos permitem lidar com a informalidade, de maneira que esta condição se coloque como indicador de uma epistemologia para o planejamento, não mais tratando simplesmente de meras epistemologias políticas que tentam lidar com a informalidade<sup>6</sup> (Ibid., p. 156).

Assimilando a compreensão de que tais elementos de exclusão inerentes ao planejamento citado ao longo de toda esta análise não são isolados, mas, muito pelo contrário, fazem parte de um todo que afeta uma realidade total, nos permite abordar epistemologicamente uma conjuntura da cidade de maneira mais integrada, e acima de tudo, menos desigual para todos que fazem parte dela. Os conceitos e noções acima abordados ajudarão a analisar a laje na favela, e compreender como os processos de exclusão e segregação socioespacial são inerentes ao urbanismo e ao planejamento urbano institucional.

Abrangendo essa linha de pensamento e entendendo a epistemologia como uma concepção refletida acerca de cenários pertinentes de correntes do pensamento, é posto em pauta na obra “Epistemologias do Sul” (2010), organizada por Santos e Meneses, a imprescindibilidade de atores e práticas sociais para a produção do

<sup>5</sup> T.A.: “Against this backdrop, planners cannot simply be concerned with the land use ordering and exchange value of the right to property. They also have to pay attention to the use value claims that constitute the right to the city”.

<sup>6</sup> T.A.: “These three pressing issues—moving from land use to distributive justice, rethinking the object of development, and replacing best practice models with realist critique— are not just policy epistemologies for dealing with informality. Rather, they indicate that informality is an important epistemology for planning”.

conhecimento, anunciando dessa forma epistemologias produzidas a partir de uma diversidade de relações decorridas da aplicação desses saberes. Por outro lado, o “epistemicídio”, resultado da sobreposição de um modelo epistemológico sobre outros, é deste modo marcado pelo esvaziamento da percepção destes outros saberes em um nível global, ocultando e excluindo povos e culturas, subjugados por um sistema de domínio capitalista e colonialista, inserido no que o sociólogo denomina “pensamento abissal”:

Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos [...]. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente (SANTOS, 2010, p. 23).

O conceito de “ecologia de saberes”, pormenorizado por Santos (“A Gramática do Tempo”, 2006), é sua proposta acerca de uma perspectiva de pluralidade sociocultural para o momento pós-colonial em que vivemos. Na busca de intersubjetividades, os saberes e práticas sociais se diversificam pela variedade de ritmos, locais e durações, possibilitando a maior participação de grupos sociais contra-hegemônicos em um diálogo cordial. Para a efetivação dessa inserção — o que ele descreve como “intervenções no real” —, Boaventura justifica que o acesso ao conhecimento científico, restrito a uma limitada porção de grupos sociais, não se distribui de maneira igualitária. Portanto, se configura uma necessidade da “epistemologia da luta contra a injustiça cognitiva”, a qual poderia se aplicar no tipo de plataforma proporcionada pelo uso e apropriação da laje na favela, e se assenta especialmente em ideias como a seguinte:

A ecologia de saberes tem de ser produzida ecologicamente: com a **participação de diferentes saberes e seus sujeitos**. Há práticas de saber dominantes, assentes em saberes não científicos, ocidentais e não ocidentais, e que esta hierarquia produz e reproduz a desigualdade social no mundo. [...]. A ecologia de saberes parte da ideia que a eliminação dessas desigualdades não é possível através da democratização do acesso à produção e consumo da ciência moderna. Embora esta deva ser prosseguida, não bastaria por si própria devido aos limites intrínsecos da intervenção científica no real: O uso contra-hegemônico da ciência assenta no

reconhecimento desses limites e, por isso, na necessidade de, para os superar, recorrer a outros conhecimentos (SANTOS, 2006, p. 158).

## 2.4

### **Quando a laje vira laje: perspectivas etnográficas do uso e apropriação da laje**

Ao serem assimiladas as noções acima — perpassadas principalmente pelos conceitos de produção do espaço, urbanismo subalterno e ecologia dos saberes — inseridas no âmbito das cidades, nos permitimos realizar uma interpretação a respeito das formas de aplicação desses outros saberes e práticas sociais em contextos plurais contra-hegemônicos. Retomando o ponto de vista epistemológico, o ensaio *Epistemologia da laje* (FREIRE-MEDEIROS, NAME, 2019) permite avaliar, empírica e conceitualmente, “deslocamentos epistêmicos que desestabilizam dualismos seculares: favela versus cidade formal, espaço privado versus espaço público, legal versus ilegal, universal versus vernacular” (p. 173) no elemento espacial autoconstruído que é a laje — inserido dentro da conjuntura da favela carioca, inerente a um escopo de megacidades do Sul Global:

[...] as favelas e suas autoconstruções inúmeras vezes são apresentadas não somente como ameaça social e ambiental, mas também estética e construtiva [...]. A laje, nesse contexto, não é percebida como elemento de um projeto que lhe atribui um espectro quase infinito de papéis: espaço de congregação e socialização, para usufruto do tempo do não trabalho. Ignora-se também a sabedoria de quem constrói a laje mirando necessidades do presente e do futuro, como base para uma nova residência a ser ocupada por outras pessoas da família, para ampliações futuras ou para uso no mercado imobiliário (Ibid., p. 164).

Nesse caso, o potencial das lajes de cobertura das construções em favelas é observado como um elemento-chave de participação e intervenção, podendo funcionar como interface de interseção entre os limites do espaço coletivo e privatizado. Inerente à habitação, tal elemento, a princípio considerado de caráter estrutural, tem sido representado em seu ambiente de convívio tanto como local, metaforicamente receptor de “platéia” como para “palco”, além de reconhecido como alternativa não apenas para o antigo problema de carência de equipamentos

públicos nas favelas e na cidade como um todo, mas também como reflexo das limitações atuais de mobilidade e do simples ir e vir vivenciados contemporaneamente.

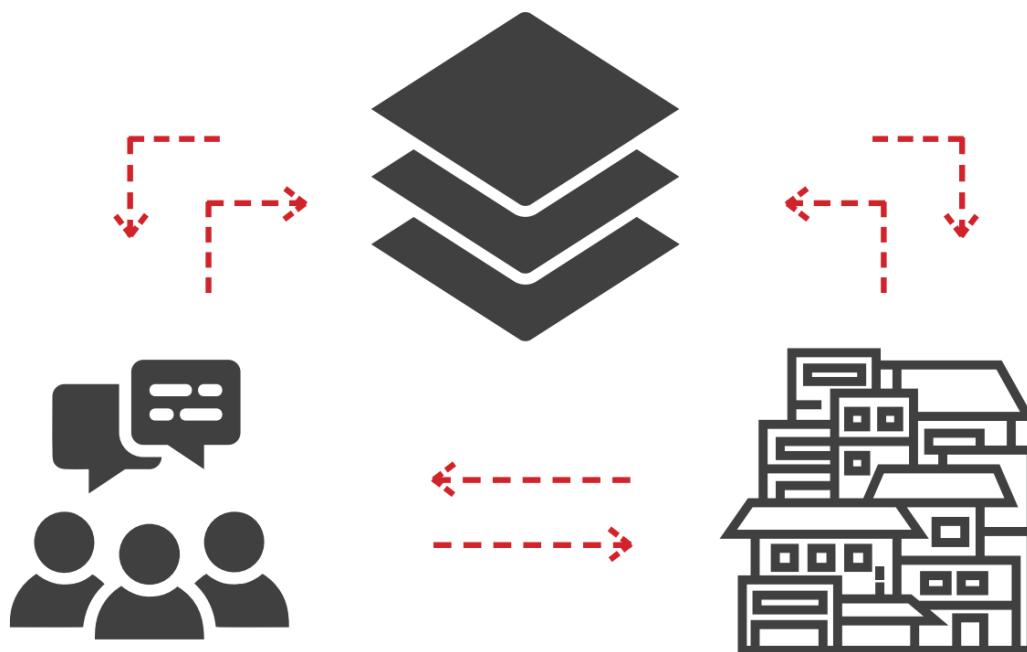


Figura 5 — Diagrama ilustrativo de conexões, da esquerda para direita, entre: pessoas (social), lajes (espacial) e a favela (urbano), conceitualmente explicitando o diálogo entre as escalas e camadas de percepção quanto ao uso e apropriação da laje.

Fonte: João Brum Rodrigues, 2021.

Essa dissertação utilizará elementos presentes na pesquisa sintetizada na obra “Quando a Rua Vira Casa” (VOGEL, MELLO, 2017), na qual é tomado como enfoque central uma análise etnográfica no Catumbi, localizado na Zona Norte do município do Rio de Janeiro. Em seu contexto histórico particular, o bairro figurava em destaque devido sua situação de vulnerabilidade socioespacial, originada principalmente por causa de movimentos de remoção pelo poder público e, em contrapartida, seu forte ativismo, simbolizado especialmente pela ação da Associação de Moradores local. Esta pesquisa foi realizada por Arno Vogel e Marco Antônio da Silva Mello por meio de visitas ao campo, revisões de literatura, e, subsequentemente transformada em livro. A análise de resultados obtidos a partir de questões pontuais incluídas nessa obra servem como base referencial para dedução de possíveis diálogos que atravessam questões de interesse para o autor desta dissertação.

São observadas em destaque as particularidades evidenciadas na metodologia etnográfica aplicada pelos pesquisadores em seu campo específico, além de suas sintetizações conceituais referentes à elementos arquitetônicos das residências no território, sendo dessa forma possibilitada a realização de paralelos e dissonâncias em relação à tópicos referentes à pesquisa socioespacial do elemento laje, particularmente lidando com a inerente condição de pertencimento promovida por este espaço específico.

Como comparativo inicial, a rua vira uma importante catalisadora de relações no território, assim como ocorre na laje. Neste estudo, ocorre o destaque especial ao elemento espacial da rua e sua implícita rede social:

é um universo de múltiplos eventos e relações. A expressão ‘alma da rua’ significa um conjunto de [...] encontros, trabalhos, festas e devoções [...] Um ‘microcosmo real’ de espaços e relações (Jacobs, 1973) que tem a ver com repouso e movimento, com dentro e fora, com intimidade e exposição e assim por diante (VOGEL, MELLO, 2017, p. 46).

Foi determinante ao longo do processo na pesquisa supracitada a leitura passiva de observação participante: “a observação das rotinas do cotidiano iria revelar outras formas de apropriação do espaço da rua [...] Tivemos de ir aprendendo a ver o lugar [...], aos poucos, ‘tomando pé’ na situação do bairro e suas particularidades” (Ibid., p. 56). De fato, torna-se relevante tal abordagem como formulação de processo na etnografia. Porém, no caso da laje como base para estudos etnográficos, sua legibilidade de conjunto de usos na paisagem só se torna plenamente possível com o espectador se situando em um ponto de vista de dentro pra fora, ou seja, inserido no próprio local. Da laje onde o indivíduo está, em seu “mirante”, ele pode experienciar atividades na sua e em outras lajes. Nem sempre estando fora dessa perspectiva ele poderia contemplar suas fruições de forma mais abrangente, nesse campo ampliado, como no exemplo mencionado da experiência do *outsider* inserido na rua.

Além disso, como comparativo, as noções estabelecidas de “abertura” e “fechamento” no espaço da rua nesta pesquisa também se diferem quando transportadas para o espaço da laje:

As manifestações socioculturais características de um grupo e que servem para distingui-lo [...] Irão se dar em locais públicos ou naqueles que por força de um uso especial, passarão a ser vistos ‘como se fossem públicos’. [...] [Atividades] que se oponham às ideias de privacidade e intimidade encontram na rua seu lugar ideal. É aí que deve estar o que é de todos, de modo que, quando se dão em locais fechados, fazem-nos sofrer uma transformação. Em contrapartida, quando são levadas à rua ações que tenham sentido particular e restrito, a via pública como que ‘se fecha’ (Ibid., 2017, p. 35).

No caso da laje, tal ideia parece não se aplicar exatamente com os mesmos resultados: tanto nas atividades de caráter mais coletivo — como um churrasco ou culto — quanto mais privatizado — soltar pipa ou lavar roupas — percebe-se uma maior complexidade nas sensações de abertura e fechamento: suas restrições aparentam ter dinâmicas menos impositivas e mais particulares, se comparadas com a rua, por não lidarem com as circunstâncias comuns ao espaço público.

É esmiuçada tal hipótese adiante, em um dos testemunhos obtidos durante a pesquisa de campo (Anexo 4, “Moradora A”) realizada pelo autor desta dissertação. Uma moradora da Rocinha, quando lhe é perguntada se tem ou não um espaço de laje de cobertura e se o utiliza, responde que apesar de não o possuir, quando precisa facilmente tem seu acesso: geralmente entra em contato com sua vizinha de cobertura, que mora em cima dela, ou até com vizinhas próximas que a possuem, e as usa para atividades de seu cotidiano, como estender roupas. Afirma que sua atuação profissional como professora, que exerce desde 1999, a permitiu possuir uma extensa rede social, tendo contatos que convém de acordo com suas necessidades, incluindo o uso de um espaço de laje. Em um terreno próximo de onde reside está construindo uma nova laje, como possível opção de moradia para seu filho no futuro.

A leitura do uso do espaço através da rua denota seu viés público possibilitado pela sua acessibilidade na legibilidade e no ir e vir. A laje, por outro lado, necessita para seu acesso um determinado tipo de controle: a entrada pelo “portal” na casa internamente ou pela passagem na escada, que pode ficar externa ao ambiente construído. Dessa forma, um filtro se estabelece, no qual a preexistência de uma rede de relações e acordos sociais é requerida para viabilizar a acessibilidade a esse tipo de espaço — em contraste com uma dinâmica pré-

estabelecida de relações típicas da rua. Dessa forma, põe-se em vista nesta dimensão, dentro de uma noção de espaço coletivo, a dicotomia rua como pública e laje como privada.



Figura 6 — Foto-ilustração de acessibilidade à laje e circulação vertical de escada.

Fonte: João Brum Rodrigues, 2022.

Outro apontamento conveniente a ser feito em relação à referida obra é quando sintetiza a essência de dois elementos inerentes à moradia, que, no caso deste estudo, são sempre postos em paralelo à dinâmica da rua — e que agora será feito o paralelo à dinâmica da laje. O primeiro, o “quintal”, se assemelha à laje em termos de acessibilidade: nos dois casos somente permitidas pela “pessoa da casa” e onde “se expõe uma dimensão da vida cotidiana que é recorrentemente escondida” (Ibid., p. 72).

A segunda, a “janela”, que, como a laje, possui liberdade de comunicação com a rua “sem que para isso tenha que abrir a porta da casa” e onde as pessoas

“são espectadoras, mas também envolvidas com o espetáculo, podendo assumir papéis dentro dele” (Ibid., p. 75).

Portanto, é perceptível no elemento “laje” um misto de qualidades, uma espécie de “quintal com janelas”, condição de **natureza híbrida** que estabelece a sua essência e que cumpre seu peculiar papel como elemento da moradia, e em particular conceitualmente nas favelas como um todo. Apresentando uma visível e palpável evidência desta condição, relatamos mais dois testemunhos, provenientes da pesquisa de campo (Anexo 4, “Moradora B” e “Morador C”) do autor da dissertação, a seguir.

Uma outra moradora da Rocinha, respondendo às mesmas perguntas que foram feitas à primeira, responde que possui uma laje de cobertura com vista para a Pedra da Gávea, e tem o desejo de utilizá-la — assim como já observou sendo feito em outras lajes na Rocinha — para aluguel de eventos. Gostaria que seu ambiente fosse aproveitado para atividades como churrascos, e que pudessem durar ao longo de um dia, preferencialmente no período da manhã até a tarde.



Figura 7 — Foto-ilustração de visita guiada na Rocinha com liderança local e grupo de pesquisa Urbanismo e Práticas Sociais, coordenado pela prof. Rachel Coutinho M. da Silva.

Fonte: João Brum Rodrigues, 2022.



Um morador, ao serem feitas as perguntas, afirma que quando morava com seus pais tinha acesso a uma laje de cobertura, a qual, segundo ele, utilizava para "brisar", ou seja: aproveitar este espaço simplesmente para relaxar, em momentos de descontração e lazer. Atualmente, quando quer usufruir de um espaço para os mesmos fins, tem a possibilidade através de uma laje que pertence à sua avó.

Entendendo essa hibridez, e, como comparativo final em relação à pesquisa realizada por Vogel e Mello, pode-se definir que o perfil territorial da laje confere, através de seus usos, “fenestrações” de um caráter de impessoalidade da rua ao ambiente de pessoalização da casa, verificando sua qualidade idiossincrática, de mistura de formalidade exposta e visível do domínio público com a moradia — reflexão que pode ser concretizada principalmente após a leitura da seguinte passagem:

A rua, no sentido mais amplo que se possa atribuir ao termo, polariza outro conjunto de relações sociais, opondo-se a casa. É o mundo das relações contratuais que regem o convívio e a interação [...] Domínio público, por excelência, a rua é o lugar onde se dão as relações formais, expostas e visíveis, mediadas pela lei e pelo dinheiro. A casa é, no limite, o domínio da pessoalização [...] A rua é, também no limite, a esfera da impessoalidade (Ibid., p. 92)

Seja por via do campo ou da literatura, durante uma pesquisa podemos nos perguntar se a condição prévia estabelecida pelo espaço é o fator determinante para seu uso, ou se o caso é o contrário: se esse uso é justamente o que promove a condição do espaço — espécie de questão filosófica no estilo “o que veio antes, o ovo ou a galinha?”. Podemos acidentalmente nos encontrar numa zona cinza, algo volátil e às vezes obscuro para ser mensurado com exatidão. No entanto, como observamos na análise acima, as condições variáveis de ambiente estabelecidas tanto pelo caráter coletivo quanto pelo privatizado aparentam ser fatores determinantes para a configuração final da apropriação do espaço: sua flexibilidade promovida em relação a tais condições irá ditar o comportamento dos indivíduos em seu território, e dessa forma, subsequentemente irá adaptar o mesmo em sua qualidade material. De acordo com seu contexto, assim como as relações entre as pessoas, ruas e lajes se abrem e se fecham.

### 3

## **Direito de laje é direito à favela (e à cidade)**

### 3.1

#### **O valor de troca e o valor de uso inerente à laje**

O poder público não se preocupou com habitação para os pobres. Sempre esteve ausente e depois aparecia para reprimir, sem adotar políticas públicas. Diante desse quadro caótico, surgiu um mercado imobiliário fantástico e a figura do especulador que encontrou uma oportunidade de ganhar dinheiro. Muitas vezes é um ‘estrangeiro’, gente que não mora na favela, mas tem dinheiro para comprar uma área por R\$ 100 mil, em média, e construir um prédio para alugar (FREIRE, 2009).

Tendo em vista o ambiente geral das favelas até hoje marcado não só pela informalidade na sua morfologia urbana, mas também pela informalidade nos meios de gestão de renda, a prática de moradores transformando as suas casas em negócio vem se tornando cada vez mais frequente, como indica Pedro Abramo: “no caso das favelas, um imóvel com laje significa a possibilidade de verticalização e, portanto, de crescimento da área do imóvel e/ou a possibilidade de comercialização futura” (1998, p. 446). Com o valor de troca inerente à laje, a condição estabelecida a partir dos imóveis destinados à locação representa uma realidade de constantes processos de transformação que se dão através da verticalização expressiva da massa construída no território.

Estas práticas, que por um lado oferecem uma significativa oportunidade de autogestão financeira da população, por outro abrem frente às práticas que já foram relativamente naturalizadas e refletem uma realidade do capitalismo global: a especulação imobiliária. O Dr. Drauzio Varella (2021), ao relatar sobre sua experiência na Maré, destaca a intensidade do movimento de especulação local, que também pode ser verificada em um contexto mais abrangente da periferia brasileira:

Há proprietários de terrenos que preparam os alicerces para suportar três ou quatro andares, constroem o térreo e colocam à venda imediatamente. Com o dinheiro arrecadado, eles levantam os andares superiores para morar com a família, ou alugar para terceiros. Outros vendem os andares superiores antes de estarem

construídos. Eles dizem que são pessoas que vendem o 'espaço sideral' (OUTRAS HISTÓRIAS, 2021).

Inserida em uma extensão latinoamericana, a dinâmica de cidade “COM-FUSA”, isto é, da cidade que se situa simultaneamente numa condição compacta e difusa, também pode se transportar para a realidade particular das favelas, dentro de uma lógica de mercado informal vinculado ao uso do solo:

[...] o funcionamento do mercado de solo nas grandes cidades latino-americanas promove de forma simultânea uma estrutura de cidade compacta e difusa. Assim, as cidades latino-americanas têm uma estrutura urbana do uso do solo e das suas materialidades que, ao se compactarem, também se difundem e, ao se difundirem, se compactam. Nesse sentido, a produção da estrutura urbana das grandes cidades latino-americanas, ao conciliar a forma compacta e a forma difusa do uso do solo, promove uma forma de cidade particular: a cidade COM-FUSA (ABRAMO, 2007, p. 26).

Construções irregulares nas quais um ínfimo número de proprietários detém a posse de um expressivo volume de massa construída no território da favela, e em particular em casos como na Rocinha, se tornam evidentes (Anexo 1). Em pontos específicos de sub-bairros como Laboriaux, Portão Vermelho e Vila Verde (denominada informalmente pelos moradores de “Vila Trampolim”), construções irregulares são constantemente iniciadas e interrompidas quando denunciadas pelo poder público, como por exemplo, nos terrenos hoje abandonados destinados até então ao Parque Ecológico. Invasões em Áreas de Proteção Ambiental (APAS) também são de preocupação no cotidiano de quem mora em localidades próximas. Tomando como referência a fala de uma liderança local (Anexo 1), o aumento nos processos de verticalização e especulação imobiliária na Rocinha decorrem da falta de espaço livre remanescente. Tal acontecimento coincide historicamente com a diminuição da participação em iniciativas coletivas dos moradores nas práticas de mutirão.

Em um relato mais abrangente tratando sobre essa questão dos mutirões, uma moradora professora e atuante em atividades sociais locais (MUSEU SANKOFA DA ROCINHA, 2021) entende a palavra “mutirão”, nesses e em outros casos, como na saúde e na educação, vinculadas à atividades de mobilização, e em

um sentido mais específico, envolvendo a ação de agentes comunitários. Ela menciona o vínculo dessa atividade com a construção da laje inserida no território da Rocinha: "Aí você tinha os mutirões da laje, que as pessoas falavam, 'vamos fazer o mutirão pra fazer a laje'. Hoje em dia as pessoas pagam né, pra você ajudar o amigo lá a fazer a laje", reforçando com o passar do tempo o esvaziamento no envolvimento participativo dos moradores nesse tipo de obra — ofuscando seu valor de uso —, e sendo atualmente associado às relações mais formais de trabalho — elucidando seu valor de troca. Tanto em contextos periféricos do Brasil como aproximando no caso da Rocinha, especialmente ao longo da Estrada da Gávea, a significativa presença de locais de venda de lajes pré-fabricadas/pré-moldadas denota um forte indício pela demanda desse tipo de mercado, que também pode servir como outro indicativo de movimentação mais acelerada nos aspectos de “financeirização” das obras locais, subentendida na ideia já exposta de valor de troca.



Figura 8 — Construção irregular no Parque Ecológico da Rocinha.

Fonte: João Brum Rodrigues, 2021.

A noção de “*urban common space*”, ou “espaço comum urbano”, “do ponto de vista físico do urbanismo [...] pode ser considerado como espaço dentro de uma cidade que é de uso público e posse coletiva e pertence à autoridade pública ou para a sociedade como um todo” (ALVES DOS SANTOS JUNIOR, 2014, p. 147). Quando aplicada sob a lente do uso dos espaços autoconstruídos periféricos, a ideia possui seu valor especial, ao evidenciar aplicações em seu ambiente que identificam sua utilização como, por exemplo, no perfil de “espaços para lazer e recreação (como um parque urbano ou um jardim)”<sup>7</sup> (Ibid., p. 147).

No entanto, como já foi apontado, não necessariamente neste caso particular suas variadas apropriações estão desvinculadas da dinâmica de controle do capital. A hibridez, sob a luz desse conceito, se torna particularmente evidente: Orlando Jr., ao citar Harvey, denota como as disparidades de valor de uso e valor de troca indicam os diferentes tratamentos neste quesito em relação ao nexos espaço-tempo:

Nesta perspectiva, o autor sublinha que ‘tudo o que diz respeito ao valor de uso reside na província do espaço e do tempo absolutos’, enquanto ‘tudo o que diz respeito ao valor de troca reside no espaço-tempo relativo porque a troca implica a circulação de mercadorias, dinheiro, capital, trabalho e pessoas ao longo do tempo e do espaço’<sup>8</sup> (Ibid., p. 148, 149).

Demonstrando um caráter de valor de troca marcante, os processos mercadológicos embutidos nos avanços das construções — e suas subseqüentes formas de verticalização — indicam como a laje nesse contexto se transfigura de *commodity*, modificando substancialmente sua qualidade de “espaço comum urbano” legítimo: “o capital se apropria dos espaços comuns urbanos com o intuito

<sup>7</sup> T.A.: “From the physical viewpoint of urbanism, urban common space may be considered as space within a city that is for public use and collective possession and belongs to the public authority or to society as a whole — for example, [...] spaces for leisure and recreation (such as an urban park or a garden)”.

<sup>8</sup> T.A.: “From this perspective, the author stresses that “everything that pertains to use value lies in the province of absolute space and time”, whereas “everything that pertains to exchange value lies in relative space-time because exchange entails movement of commodities, money, capital, labor and people over time and space.”.

de garantir as condições necessárias para a produção-reprodução de relações capitalistas”<sup>9</sup> (Ibid., p. 147).

Em contrapartida, adiante será verificado no próximo subcapítulo como os aspectos de valor de uso inerentes a esse contexto social são incorporados, mais especificamente considerando os aspectos constituintes da dinâmica da autoconstrução.

### 3.2

#### A dinâmica social nos processos de autoconstrução

A areia, a pedra são descarregadas. Um servente as amontoa nos locais previstos do canteiro; um outro leva parte para o ajudante de pedreiro que ajunta água e cal ou cimento, trazidos do depósito por um ajudante diferente; um quarto despeja a argamassa em baldes ou carrinhos e a conduz ao pedreiro que coloca tijolos, faz um revestimento ou enche uma fôrma, seguido por seu ajudante que segura o vibrador ou recolhe o excesso caído. Em cima, o carpinteiro prepara outras fôrmas com a madeira empilhada perto dele depois de encaminhamento semelhante ao da argamassa e percorrido por ajudantes e serventes próprios; o armador dobra as barras de ferro assistido do mesmo modo e, por todos os lados, pintores, marceneiros, eletricitas, encanadores etc., sempre rodeados por ajudantes e serventes, constituem equipe numerosas, separadas, especializadas, verticalizadas. Avançada divisão do trabalho e, em cada parcela, hierarquia detalhada (FERRO, 2006, p. 112).

O espaço do canteiro de obras dispõe de uma rede de pessoas, uma “equipe-pluridisciplinar” (Ibid., p. 108), para que seja plenamente produtivo, e tal produção se reflete através de uma trama de interrelações sociais que sempre se configuram como pré-estabelecidas, em uma realidade “pré-canteiro”. O mestre de obras, o operador das máquinas, o ajudante de pedreiro, entre outros membros e cargos, todos estes exercerão funções intrínsecas e correlatas.

Culturalmente — e propositalmente, logo assim, demarcando um significativo arquétipo de valor de uso — a expressão “bater a laje” se configura no

---

<sup>9</sup> T.A.: “*capital appropriates urban common spaces with the intention of ensuring the conditions necessary for the production-reproduction of capitalist relations*”.

vocabulário dentro do dia-a-dia das pessoas envolvidas nas construções ditas informais, sendo o momento de congregação para se colocar a “mão na massa”, um claro instante de envolvimento entre os reunidos nesse mutirão.

Em troca do serviço geralmente são negociados benefícios diversos que dependem da situação específica, podendo resultar numa simples refeição, ou até mesmo em uma remuneração efetiva pontual. Em outras palavras, tanto o “capital social” como o “capital técnico”, aplicado pelos moradores da maneira que podem, se sobrepõem aos entraves provenientes do “capital econômico” (BOURDIEU, 2001 apud MAGALHÃES, 2013, p. 327).

Em depoimentos contidos na obra audiovisual “Depois Rola o Mocotó” (2009), dirigida por Debora Herszenhut e Jeferson Oliveira — documentário que registra a cultura da laje na perspectiva e lugar de fala de moradores do Complexo do Alemão, periferia na Zona Norte do município do Rio de Janeiro — são reveladas algumas opiniões divergentes acerca do movimento de mutirão:

A rapaziada já tá convocada, [...] gente que eu chamo, porque eu tenho um medo danado de faltar gente [...] o maior medo da laje é esse. Se for uma laje pequena tudo bem, mas uma laje grande... Por onde eu passo eu não posso ver um: 'pô cara, vai ter o maior festão amanhã. De manhã, vai começar cedo minha festa.' Já falo que é festa já pra poder vir no olho, chegar na hora ter que quebrar um concreto primeiro pra depois comer e beber. Qual o melhor? Ou você faz sozinho, ou faz um mutirão ou paga? O mutirão como é um montão de amigo, o dinheiro que você paga você junta os teus amigos, faz uma comida boa, faz uma cerveja boa, continua todo mundo teu amigo, e tá tudo certo (DEPOIS ROLA O MOCOTÓ, 2009).

É perceptível portanto que, quando não existe possibilidade de moradores-construtores se basearem nos princípios normativos das trocas de mercado, certo “princípio de reciprocidade” se põe em efeito (POLANYI, 2000 apud MAGALHÃES, 2013, p. 327). Por outro lado, na mesma obra audiovisual supracitada, um segundo morador não se posiciona tão inclinado a esse conceito, como expressado no seguinte testemunho:

Não é que eu seja orgulhoso, eu não gosto de muita ajuda de ninguém não, entendeu? Eu não gosto de nada assim, de mutirão. Vem muita repressão depois,

entendeu? Tipo, 'eu que ajudei a fazer a tua laje, vem lá em casa me dar uma força', eu não gosto disso (DEPOIS ROLA O MOCOTÓ, 2009).

Entre outros relatos, o documentário também expõe a fala de um morador que aproveita para detalhar seu processo construtivo posto em prática, mais especificamente sobre a concretagem lidando com questões sociais de seu entorno:

Acabou de encher [de concreto], tirei a escora, já vou botar-lhe um muro ali de um metro e meio, pra não entrar ninguém. Se eu deixar a laje totalmente aberta tem desvantagem. Nego pede pra fazer farra em cima, isso é uma desvantagem, que vem até te incomodar (Ibid., 2009).

É notório o aspecto resiliente e volátil de inovação tropical sendo posto em evidência, no sentido de serem considerados os quesitos inerentes à uma cultura construtiva. Nas favelas de maneira geral, podem-se perceber em muitos sistemas de concreto armado os vergalhões, geralmente presentes na parte interna da estrutura, expostos e aparentes no que seriam os espaços para os pilares na área das lajes de cobertura das edificações. Tal elemento construtivo pode indicar, na maioria dos casos, uma projeção de construção futura, de uma ou mais lajes.

A tectônica do concreto se torna aparente à tipologia das favelas dentro do âmbito da autoconstrução, onde ocorre uma apropriação popular de uma cultura construtiva. Denota-se esta concepção através de seu olhar em campo ampliado, no contexto de uma dita informalidade urbana. Neste sistema, o teor vernacular se torna onipresente: como identidade, o popular se constitui através das vedações em alvenaria — composta predominantemente de tijolo de bloco cerâmico e cimento — que preenchem os vãos do sistema convencional de concreto.

Esta espécie de estrutura em concreto armado, em seu formato perceptível como parte integrante no conceito de sistema “DOM-INO” (laje + pilar + viga), postulado por Le Corbusier na primeira década do século XX, pode ser lido como



um “marco zero”, uma espécie de “embrião” da identidade tipológica presente contemporaneamente nas construções em favelas.

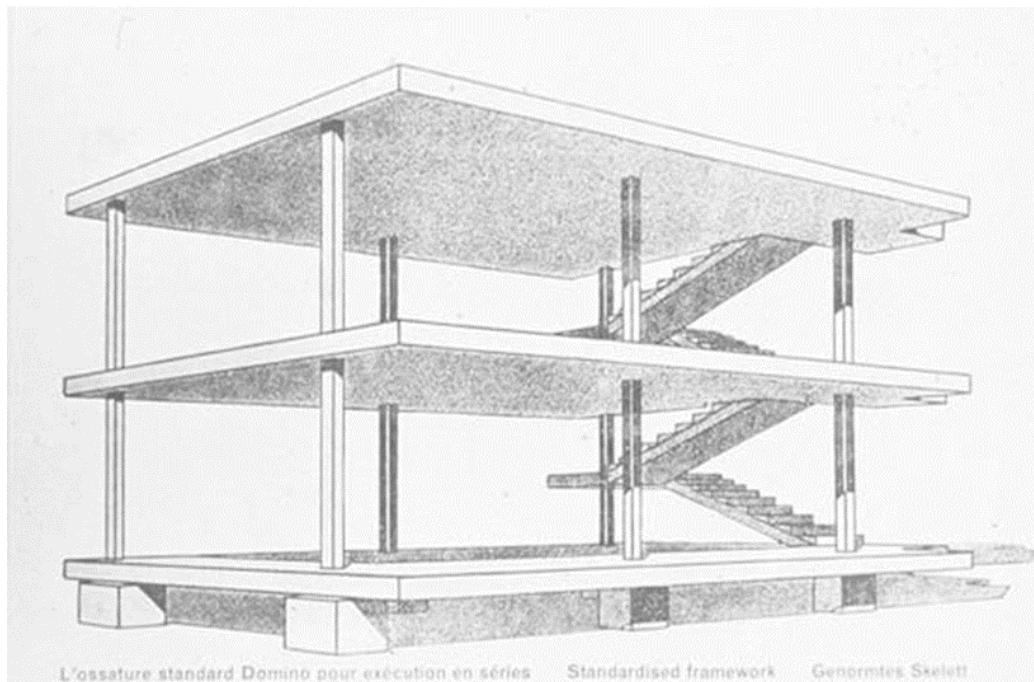


Figura 9 — Sistema “DOM-INO”, originalmente estabelecido por Le Corbusier.

Fonte: pinterest.com, 2021.

No Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) de 1928, o arquiteto modernista propõe em seu discurso ideais de reprodutibilidade, economia e desempenho intrínsecos a tal sistema, apresentado como o “grande modelo construtivo”,

[...] que se tornaria seu padrão estrutural para projetos de moradia popular. Logo após a eclosão da Primeira Grande Guerra, Le Corbusier desenha este projeto simples de habitação em concreto armado, antecipando a paz e o esforço de reconstrução em prol dos desabrigados. [...] A casa consistia numa estrutura simples de concreto armado, com três lajes horizontais sustentadas por seis colunas verticais. De fácil construção, era ideal para a rápida substituição das moradias danificadas durante a guerra. [...] Ironicamente, antes de 1924 Le Corbusier utilizara essa concepção para *villas* de milionários, que foram seus primeiros clientes. A planta da DOM-INO foi uma realização importante para Le Corbusier devido à aplicabilidade prática e lógica do concreto armado na construção popular. Esse material era o mais econômico e mais facilmente encontrável nos países em

desenvolvimento; daí a adequação do formato DOM-INO a projetos para o Terceiro Mundo (HARRIS, 1987, p. 17).

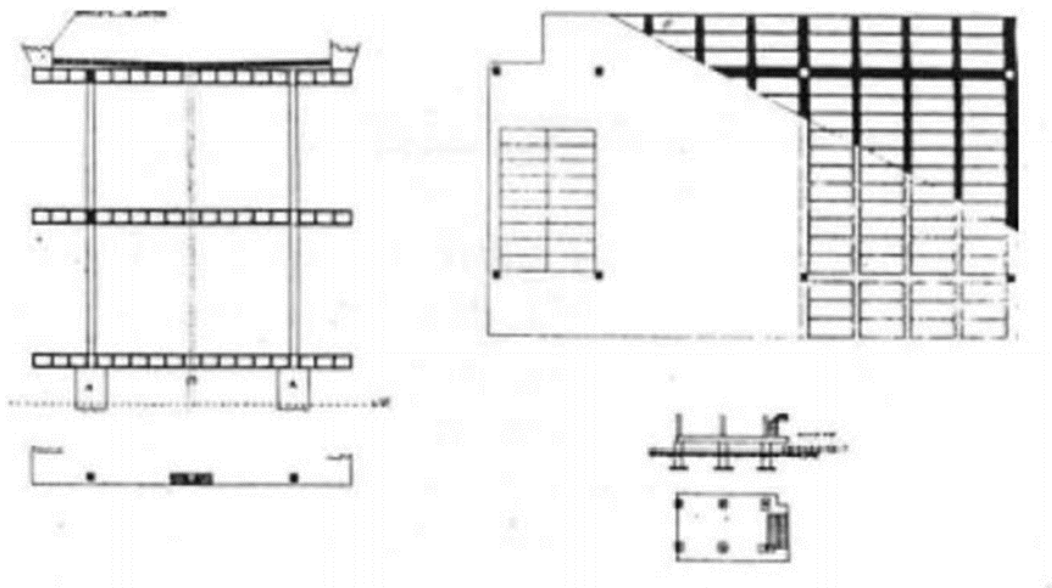


Figura 10 — Detalhe em corte do sistema “DOM-INO”, originalmente estabelecido por Le Corbusier.

Fonte: pinterest.com, 2021.

A materialidade aplicada na construção popular convencionalmente apresenta a sua coerência contemporânea: fundação radier, laje tipo volterrana, tijolo furado 20 por 30, cinta de amarração etc. Nessa lógica construtiva culturalmente herdada, as etapas do processo de certa forma se subvertem em

relação à uma lógica tradicional “modernista”. Ao invés de ser pré-estabelecido o esqueleto de concreto armado para a edificação, se configura a seguinte ordem:

**1.** O piso de concreto se assenta no “pavimento térreo”, fixado no solo por fundações — geralmente do tipo radier;

**2.** É feita a montagem da alvenaria no piso concretado, antes de serem colocadas as estruturas verticais, com os vãos entre os volumes de parede de tijolo e cimento servindo de “forma” para a moldagem das futuras peças de colunas;

**3.** São efetuadas as concretagens para o sistema estrutural pilar e laje, permitido através do pré-estabelecimento das alvenarias nas posições adequadas;

**4.** É repetido o processo para os níveis subsequentes, a partir do modelo determinado no nível inferior: primeiro o estabelecimento de um novo sistema de paredes de alvenaria;

**5.** Em seguida, é executado um novo sistema de laje e pilar de concreto armado. Teoricamente, esse processo em cadeia pode ser repetido infinitamente, verificando uma tectônica de grande potência verticalizadora, e que se conforma

numa nova lógica com qualidades consideravelmente estereotômicas, exibindo seu evidente caráter volumétrico.

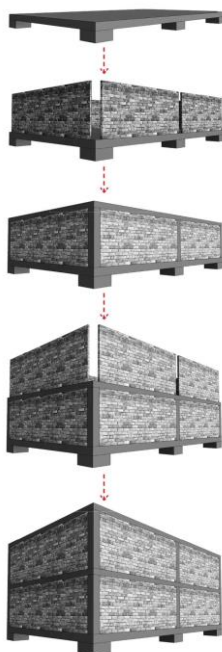


Figura 11 — Primeira a quinta etapas do sistema construtivo convencionalmente modernista, e posteriormente ressignificado dentro da realidade da favela.

Fonte: João Brum Rodrigues, 2021.

A noção de material “avançado”, e logo assim, por extensão de material moderno, da qual pode ser ocasionalmente atribuída ao concreto, dilui-se na medida em que temos uma “brutalidade” no processo construtivo, devido principalmente à acessibilidade dos métodos de autoconstrução e bricolagem, que permitem a confecção de estruturas majoritariamente duráveis e sólidas:

[...] a designação do concreto como 'moderno' sempre foi frágil, sempre aberta a questionamentos e constantemente precisando de uma renovação. [...] Enquanto o concreto tem a aparência de uma tecnologia avançada, baseada na compreensão teórica das tensões e da química dos cimentos, o conhecimento detido por especialistas treinados em concreto armado também é ao mesmo tempo um processo simples que pode ser, e em muitas partes do mundo são, executados por pessoas sem nenhum conhecimento teórico. Um homem com uma betoneira e um

carrinho de mão pode produzir estruturas razoavelmente modernas (FORTY, 2013, p. 28)<sup>10</sup>.

O acadêmico inglês de arquitetura Adrian Forty, em sua obra *Concrete and culture: a material history* (“Concreto e cultura: uma história material”, 2013), acredita que na periferia global o uso do concreto armado é uma das “novas tecnologias da pobreza — em quantidade total consumida, seu uso por autoconstrutores em países pobres provavelmente excede todas as outras aplicações”, aparentando nesses cenários específicos um caráter marcado mais pela ingenuidade que pela inovação (Ibid., p. 40)<sup>11</sup>. No entanto, sua análise erudita, às vezes podendo tender a uma certa leitura elitista, se contradiz logo em seguida, ao afirmar que:

Até mesmo engenheiros treinados se surpreendem com a economia de meios empregada na construção de favelas no Rio de Janeiro. Em toda a América Latina, fazer concreto está integrado à vida doméstica: em São Paulo, mutirões, cooperativas autoconstruídas, produzem uma parte significativa das moradias de baixa renda (Ibid., p. 40)<sup>12</sup>

Podemos averiguar posteriormente a estes processos de expansão construtiva, dentro das próprias moradias em favelas, situações em que estas se descolam socialmente de seu contexto, numa espécie de posicionamento estratégico de fortificação: na “construção de uma cobertura ou área de lazer revela-se uma

---

<sup>10</sup> T.A.: “[...] the designation of concrete as ‘modern’ was always fragile, always open to question and constantly in need of refreshment. [...] While concrete has the appearance of an advanced technology, based upon theoretical understanding of stresses and the chemistry of cements, knowledge held by trained experts reinforced concrete is also at the same time a simple process that can be, and in many parts of the world is, executed by people with no theoretical knowledge whatsoever. One man with a cement mixer and a wheelbarrow can produce passably modern structures”.

<sup>11</sup> T.A.: “In global terms, reinforced concrete is one of the ‘new technologies of poverty’ — in overall quantity consumed, its use by self-builders in poor countries probably exceeds all other applications”.

<sup>12</sup> T.A.: “Even trained engineers are surprised by the economy of means employed in the construction of favelas in Rio de Janeiro. Everywhere in Latin America, making concrete is integrated into domestic life: in São Paulo, mutirões, self-build cooperatives, produce a significant part of low-income housing”.

questão de segurança [...] O medo é assim incorporado à atividade de construção (e ao imaginário de melhorias que a constitui)” (CAVALCANTI, 2009, p. 76).

Retomando a caracterização global dada de “hibridez” conferida à laje como conceito mais amplo, é possível portanto também indicar uma relação de dualidade que é simultaneamente material e simbólica. Como relevante adendo — importante para as considerações a serem feitas no próximo subcapítulo, em que serão assimiladas as condições legais desta realidade —, temos em vista uma situação de territorialização promovida pelos processos construtivos da moradia se configurando em sua trajetória histórica, “do barraco à casa”, e logo assim se expressando como um “fato social total” (Ibid., p. 76, 77).

### 3.3

#### **Compreendendo a laje nas favelas em sua instância jurídica**

Inserida dentro de uma leitura de sistema construtivo, pode-se propor a hipótese de que o crescimento da financeirização destes processos na favela da Rocinha tenha reforçado aspectos da individualidade menos inclusivos dentro da comunidade. Na medida em que se cresce o valor de troca da laje, denota-se a maior fragilidade no seu valor de uso.

Contudo, é de extrema importância ressaltar que esse processo não é resultado imediato de tempos recentes, mas sim decorrente de um movimento que já vem sendo configurado de longo a médio prazo no território, como Terry (2021) aponta em sua tese, onde destaca estudos feitos sobre o “mundo imobiliário da Rocinha” por Leitão:

à medida que os territórios populares deixaram de ser ameaçados por políticas de remoção, um mercado imobiliário interno começou a se estruturar impulsionado por obras de infraestrutura incrementadas pelo poder público na década de 1980 e pela incorporação do concreto armado nas construções, o que permitira as verticalizações (TERRY, 2021, p. 97).

Essa agravante se torna visível por uma especulação imobiliária, que internamente afasta os moradores de atividades que poderiam fortalecer a interação

social e o pertencimento comunitário. Compreende-se que nessa conjuntura — a de “canteiro de obras permanente, tal o número de edificações sendo construídas, ampliadas e reformadas” (LEITÃO, 2007, p. 136) — deve-se portanto questionar se haveria métodos alternativos de autogestão dentro de tal setor, que ao mesmo tempo pudessem mitigar esse paradigma de afastamento e desigualdade.

É paralelamente de relevância salientar que os interesses do capital contemporâneo — comumente apelidado pela alcunha “capitalismo tardio” inerente à lógica neoliberal — extrapolam limites territoriais de formalidade urbana. Também realizado em um movimento “de dentro para fora”, possui certa “imunidade geográfica”, não mais pressupondo antecedentes morfológicos de desenvolvimento urbanístico tradicional — ou seja, de investimentos “de fora para dentro”, provenientes do planejamento urbano e suas implícitas reformas na infraestrutura, saneamento, mobilidade, entre outros. Se torna inescrupulosamente irrestrito à iniciativa privada, não mais limitado às iniciativas do poder público:

A crise do fordismo urbano se manifesta, sobretudo, através da crise do urbanismo modernista e regulatório com a flexibilização urbana e com a crise de financiamento estatal da materialidade urbana (habitação, equipamentos e infraestrutura) e alguns serviços urbanos coletivos. Nos dois casos, o mercado ressurge como principal mecanismo de coordenação de produção das materialidades urbanas, seja pela via das privatizações de empresas públicas urbanas, seja pela hegemonia do capital privado na produção das materialidades residenciais e comerciais da cidade. Assim, a cidade neoliberal tem como mecanismo de coordenação das decisões de uso do solo a predominância do mercado, ou, como preferimos dizer, do retorno da ‘mão inoxidável do mercado’ (ABRAMO, 2007, p. 25, 26).

Podemos notar que tal conformidade, promovida por essa lógica da “mão inoxidável” do mercado, se dissemina apesar das fronteiras socioespaciais. Sendo assim, numa perspectiva envolvendo a participação popular, Abramo propõe como alternativa viável a “ação pública de coordenação do uso do solo urbano [...] que supere a fórmula do planejamento urbano modernista em que o princípio da

racionalidade instrumental delegue a poucos as decisões sobre a vida urbana de todos” (Ibid., 2007, p. 51).

Pondo em consideração tais fatores, também é nesse cenário que uma necessidade de regulamentação legal referente ao direito da laje na favela se torna de evidente importância, a fim de que legitime a prática de autogestão natural de seus moradores de forma que concomitantemente viabilize fiscalizar atividades questionáveis, de processos construtivos predatórios e que possam ocasionar em situações de vulnerabilidade à população que já tem seu pertencimento de moradia no local.

Do ponto de vista jurídico, a garantia de direitos vigente para moradores no território da favela se torna comprometida em sua totalidade quando contraposta à realidade na cidade dita formal. Particularmente se tratando da situação observada no município do Rio de Janeiro, o direito à cidade se opõe ao direito da favela: lógicas diferentes entre si operam dentro de cada instância, e se mantém permanecidos entraves que dificultam na segunda os processos construtivos em sua dinâmica legal.

O instrumento jurídico denominado "direito de laje" que vigora no tecido urbano formalizado não é contemplado da mesma maneira no tecido da favela, onde outras necessidades se impõem. Também denominado de “Direito de Sobrelevação”, instituído em 2016, é um desdobramento proveniente do Direito da Superfície proposta no Estatuto da Cidade — separando dessa forma a propriedade dos direitos construtivos. De certa maneira regulamentando a prática progressiva de verticalização de edifícios que se dá mediante a construção da laje, a medida provisória declara:

Art. 1.510-A. O direito real de laje consiste na possibilidade de coexistência de unidades imobiliárias autônomas de titularidades distintas situadas em uma mesma área, de maneira a permitir que o proprietário ceda a superfície de sua construção a fim de que terceiro edifique unidade distinta daquela originalmente construída sobre o solo (MP 759/2016, Código Civil)

Acontece que o direito de laje na realidade legal é decorrente da propriedade, que por sua vez é registrada em Cartório de Registro de Imóveis. Tal



caso “raramente é visto na realidade de favelas, sendo tais situações regulamentadas, na maior parte dos casos, pela Associação de Moradores local, e não por órgãos públicos oficiais” (SOARES, 2018). Claramente se coloca uma prática jurídica que beneficia numa conjuntura de cidade apenas uma parcela das classes sociais, sem enxergar uma situação mais inclusiva.



Figura 12 — Pannel publicitário — localizado na passagem conhecida como “Curva do S” — destacando serviços prestados pela Associação de Moradores da Rocinha, incluindo a regularização da documentação de imóvel.

Fonte: João Brum Rodrigues, 2022.

Em movimento contrário, na busca de uma regulamentação em nível estatal, pode-se destacar uma experiência válida de aprendizado, ocorrida no município do Rio de Janeiro. Instituídos em 1996 pela Prefeitura, os Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSOs) — inseridos no contexto do Programa Favela-Bairro —, foram concebidos com o intuito de "exercer fiscalização urbanística e edilícia", além de "orientar a execução de novas construções ou ampliações das [moradias] existentes, bem como o uso dos equipamentos públicos implantados"

(art. 1º do Decreto 15.259 apud MAGALHÃES, 2013, p. 83). Controlando avanços verticais e horizontais nas edificações, estas atividades deveriam ser executadas em cada posto por equipes compostas por “profissionais de nível superior (uma arquiteto ou engenheiro e um profissional da área social), além de agentes comunitários” (MAGALHÃES, 2013, p. 83). Porém, uma nítida discrepância entre o POUSO *concebido no projeto* e o POUSO *real* acabou se concretizando com o tempo:

Embora o objetivo inicial da Prefeitura fosse o de instalar um POUSO em cada favela que tivesse recebido obras de urbanização, esta meta jamais pode ser atingida dado o sempre insuficiente quadro de funcionários integrados ao Programa (Ibid., p. 87).

Na Rocinha, a dinâmica da autoconstrução se apresenta territorialmente demarcada através de sua configuração verticalizada, que também pode se espelhar na legislação de forma aparente. Sendo assim, nesta localidade em particular, e em seu recorte temporal mais aproximado à atualidade, a questão dos gabaritos, em caso relativamente similar ao do “direito de laje”, é posta em disputa quando colocada sob duas perspectivas: a de sua realidade legal e a de sua realidade física.

Como afirmado pela Prefeitura no Decreto 28.341 de 2007 — que também previa “cadastramento de todos os construtores atuantes nessa favela, bem como o desenvolvimento de programa especial com vista à sua regularização e orientação técnica” —, um “zoneamento interno”, no qual se distinguem 11 distintas subzonas, ocorre num reconhecimento na localidade de edificações com 1 a 5 níveis de

gabarito, ou seja, construções com, no mínimo, 1 pavimento e, no máximo, 5 pavimentos (Ibid., p. 96).

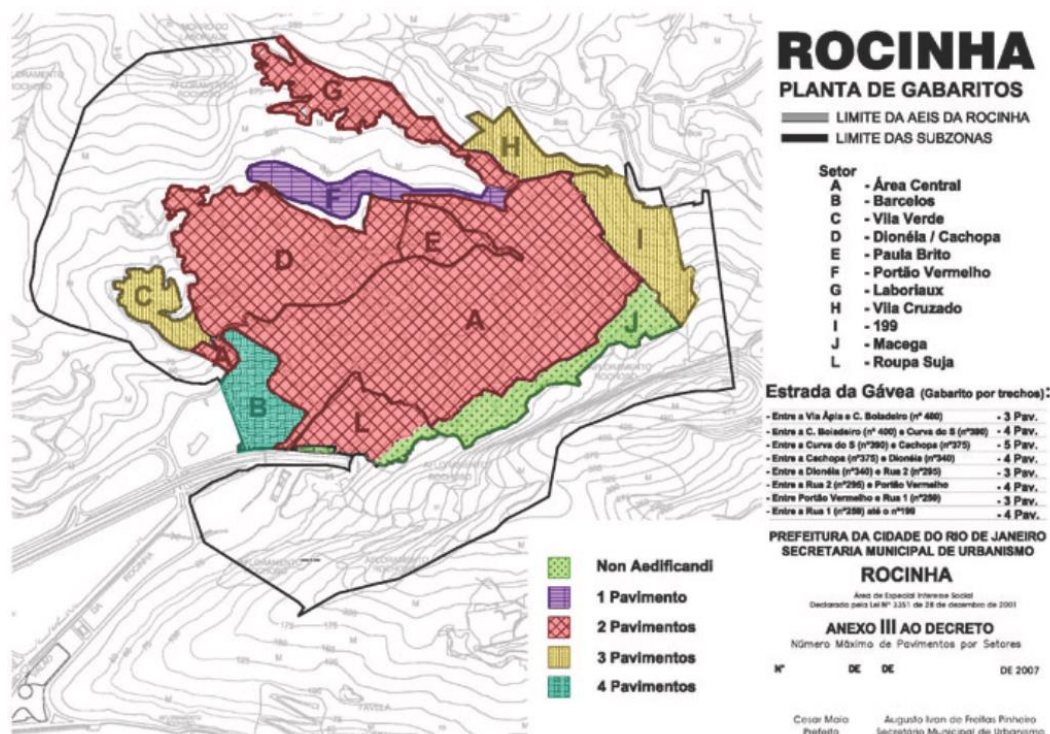


Figura 13 — Mapa de Gabaritos da prefeitura, demarcando territorialmente a estipulação de número de pavimentos por sub-bairro no território da Rocinha.

Fonte:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Urbanismo, 2007.

No entanto, como foi evidenciado no trabalho feito para a elaboração de um Plano Diretor da Rocinha em 2006 (TOLEDO; SILVA; TÂNGARI, 2007), realizado pelo escritório Mayerhofer & Toledo e coordenado pelo arquiteto Luiz Carlos Toledo, seu decorrente levantamento de gabaritos na comunidade apresentou resultados consideravelmente diferentes: apesar de, na média, o número de construções contabilizadas serem em sua maioria edificações de 3 pavimentos — representado cerca de 31% da quantidade total levantada —, chegaram a ser reconhecidas 179 edificações contendo de 6 a 11 pavimentos — ou seja, cerca de 1,6% das edificações totais levantadas. Nesta pesquisa, 10.638 edificações foram contabilizadas, totalizando 22.488 lajes. Se todas essas lajes fossem distribuídas

proporcionalmente pelo número total de edificações, teríamos uma média de 2,1 lajes por edificação.

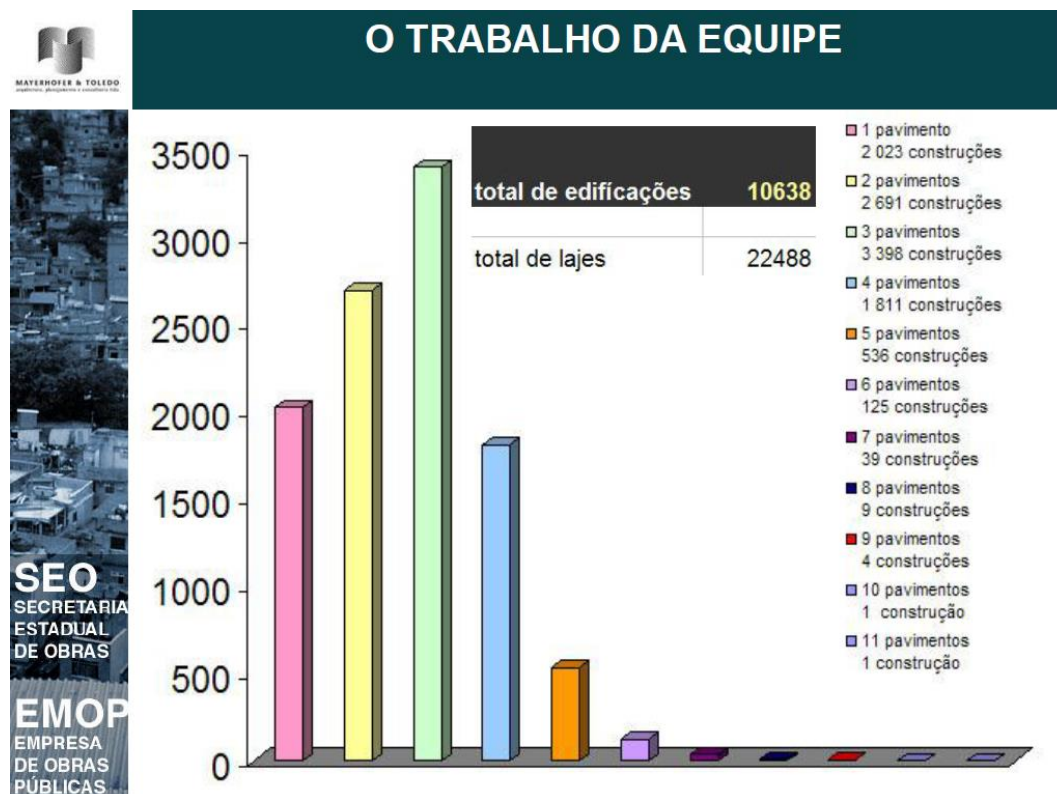


Figura 14 — Estudo de gabaritos do Plano Diretor da Rocinha: dados estatísticos quantificados em gráfico.

Fonte: MAYERHOFER & TOLEDO, 2006

Como consistente reafirmação dos dados expostos acima, verifica-se na fala do próprio arquiteto deste trabalho, anunciada relativamente após a edição do Decreto 28.341, sinais de defasagem nesta legislação, “estimando que mais da metade dos imóveis dessa favela possuíam padrões superiores aos fixados na norma, que já teria nascido ultrapassada” (MAGALHÃES, 2013, p. 97) — denotando um gargalo na coleta de dados para o estabelecimento normativo adequado dos gabaritos. Por conseguinte, Toledo também aponta que, devido às expostas condições, são necessárias serem tomadas medidas como o congelamento das edificações, para frear movimentos de possíveis “construtores oportunistas” em busca de futuras indenizações em decorrência de um possível cenário de



desapropriações, por não estarem de acordo com o considerado na norma vigente (Ibid., p. 97).

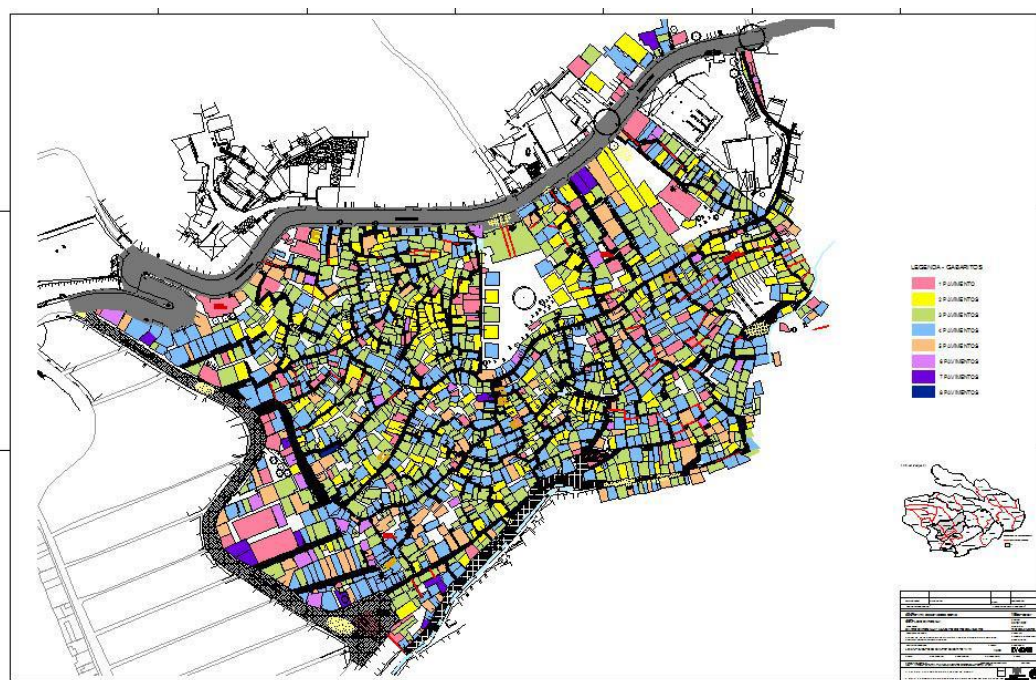


Figura 15 — Plano Diretor da Rocinha: mapa de gabaritos em recorte aproximado no território, modelo-referência denominado no trabalho de “Área Exemplar”.

Fonte: MAYERHOFER & TOLEDO, 2006

Se postos em paralelo com o enunciado declarado no Decreto de 2007, denota-se nos dados apreendidos pelo escritório de arquitetura uma presença de movimentos de verticalização de certa forma silenciosos, mas irrefutáveis, mesmo que não anunciados formalmente pelo poder público. Pode-se indicar uma tendência de verticalização que foi se acentuando ao longo das duas últimas décadas (2010 e 2020) desde que foi feita esta pesquisa, e que possivelmente seria justificada estatisticamente, caso este levantamento tivesse sido atualizado ou refeito. Tal consideração se compreende principalmente se formos analisar as demandas causadas pelo déficit habitacional nesta favela, provocada pela ausência de espaços livres para novas construções. Podemos também perceber como sendo um outro tipo de “solução” para esta questão movimentos de avanço de construções em APAs

— em áreas como Laboriaux e nos arredores do Parque Ecológico, mais especificamente no Portão Vermelho e na Vila Verde (Anexo 1).

Além da multiplicidade de aspectos em sua morfologia vertical, a morfologia horizontal das lajes na Rocinha também se apresenta com variadas conformações, principalmente dependendo de onde e como — ou seja, em qual subzona, e mais especificamente qual a sua condição socioeconômica — estão situadas:

nas regiões mais precárias a predominância é de lajes com dimensões reduzidas, em torno de 5 metros de comprimento por 5 metros de largura, já nas regiões mais consolidadas, a predominância é de lajes com dimensões maiores, tendo em média 10 metros de comprimento e 7 metros de largura (KLINTOWITZ, 2008, p. 170, 171).

Como última consideração para este subcapítulo, entende-se que a questão da espacialidade na laje irá se refletir substancialmente nas formas em que os ambientes serão ocupados: não só na sua “dimensão vertical” — despertando questões legais, como de uso e ocupação do solo e sobre-elevação em escala urbana, como foram descritas acima —, mas assim como na sua “dimensão horizontal” — despertando questões culturais, como manifestações coletivas e de práticas sociais em escala doméstica, aspectos estes que serão descritos em maior profundidade no próximo capítulo.

## 4

### Manifestações na laje: apropriação e participação coletiva

#### 4.1

##### A ideia de uso e apropriação e experiências introdutórias

No meio urbano mais abrangente, as atividades na laje, em seus diversos exercícios de sociabilidade, se manifestam historicamente como movimentos expressivos de ocupação, com referências emblemáticas na cultura *pop*, desde o *rooftop concert* dos Beatles realizado em uma laje-telhado londrina em 1969 até o

videoclipe de “Vai Malandra” da cantora Anitta, filmado na favela carioca do Vidigal em 2017. Outro famoso exemplo, localizado na Favela Santa Marta, é a popularmente chamada “Laje do Michael Jackson”: atualmente reconhecida como importante referência para o Turismo de Base Comunitária, a comunidade do Morro Dona Marta passou a receber destaque internacional após ter se tornado um dos cenários para um videoclipe de uma canção de Michael Jackson em 1996, “*They Don’t Care About Us*”.



Figura 16 — “Laje do Michael Jackson”, na Favela Santa Marta.

Fonte: zeluizfotos.files.wordpress.com

A qualidade participativa das intervenções nas lajes pode ser abordada por diversos mecanismos e estratégias diferentes, em territórios nacionais e internacionais, dentro ou não do contexto da periferia. Montaner (2016, p. 107), por exemplo, cita alguns movimentos de ativismo nas denominadas *arquitecturas da informalidade*, criando “lugares para a coletividade”, como “*okupaciones* de todo tipo em pavimentos de cobertura – como os chamados ‘lençóis rígidos’”, realizadas em Barcelona pelo grupo *Recetas Urbanas* em parceria com Santiago Cirugeda. Tendo “inventado sistemas alternativos, tirado partido da subutilização dos espaços e aproveitado as brechas da legislação urbana”, coberturas e marquises foram executadas através de construções de ampliações com andaimes.

Sendo assim, uma noção de “improvisação”, assim como já consolidada em diversos campos artísticos de performance, como na música e no teatro, poderia ser considerada dentro de um “planejamento aberto e complexo”: a “bricolagem urbana” em contraponto às convencionalidades pré-impostas de um planejamento urbanístico ou de um projeto arquitetônico normativo — uma “forma processual ligada ao imprevisto, ao acaso e ao inacabamento” (JACQUES, 2022).

Citando um exemplo nacional sob perspectiva similar de enfoque, temos o projeto “Deu na Telha”, realizado em 2014 no Complexo do Alemão através de uma iniciativa privada, disseminou painéis ilustrados, em parceria com moradores, de artistas e do grupo Coletivo Gráfico, expostos em telhados próximos à linha do teleférico do Morro do Alemão, oferecendo uma vista privilegiada para seus frequentadores. Para a escolha das coberturas foram feitas visitas por um participante morador, que, batendo de porta em porta, conversou com cada um dos moradores das casas escolhidas para conseguir a permissão. O projeto também contou com a participação dos moradores em encontros, cursos, oficinas e workshops, permitindo seu desenvolvimento *in loco* e aproximando as atividades com a comunidade.

A experiência observada no caso acima e nas demais formas de apropriação de espaços residuais no Complexo do Alemão — compreendendo o contexto das instalações do teleférico no local em decorrência dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016 na cidade do Rio de Janeiro — indicam alternativas de ressignificações espaciais para seus próprios moradores (ESPÓSITO-GALARCE, SILVA, 2016). Fazendo ou não parte de um projeto definido, estes apropriam-se dos ambientes remanescentes resultantes dessa intervenção, originalmente feita “de fora para dentro”. Consideravelmente semelhante à natureza de apropriação das lajes em favelas, ambos os casos, sob essa ótica, compartilham em comum o aspecto da utilização do espaço coletivo *para fins coletivos*, ou seja, com caráter de uso interno pela comunidade.

Inserida no contexto da favela, a laje se coloca como “subespaço peculiar em que ocorrem comunicações não apenas entre o público e o privado, mas entre o local e o global” (FREIRE-MEDEIROS, 2010, p. 4). Nessa chave, portanto, a laje adquire características socioculturais no contexto das favelas brasileiras com especificidades locais. Podemos reconhecer na laje um local que guarda uma potência de manifestação comunitária, exibindo atividades que se configuram territorialmente de maneira organizada por grupos locais, coletivos, ONGs e/ou práticas sociais esporádicas.

## 4.2

### Tipologias de uso e apropriação da laje na Rocinha



Especificamente no caso da favela da Rocinha, podemos observar que a utilização das lajes como “mirantes informais” se tornou “prática comum a todas as agências e esse ‘momento laje’ é, sem dúvida, um dos mais apreciados pelos visitantes: com o mar de casas a seus pés, eles podem confrontar a favela com seu entorno” (FREIRE-MEDEIROS, 2009, p. 51). A prática do aluguel da laje vinculada a atividade turística em parceria com agências de turismo tornou-se corriqueira e frequente na Rocinha durante um período determinado:

Os moradores que alugam suas lajes recebem das agências um valor fixo, algo em torno de R\$ 2,00 por turista. ‘Quando algum grupo pede, faço churrasco ou feijoada. Mas, aí, eu cobro por fora’, explica Seu Carlinhos. No caso de haver um contrato de exclusividade entre morador e agência, como no caso do Seu Carlinhos e a Jeep Tour, os guias já ficam em posse da chave da casa do morador e sobem com os turistas mesmo se o proprietário estiver ausente (Ibid., p. 51).

Esse movimento se fortaleceu em decorrência da ocupação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em favelas, em 2011. Atualmente, em contraponto a esse tipo de turismo organizado por agências de turismo, pratica-se na Rocinha de maneira mais presente o Turismo de Base Comunitária, ou seja, exercido pelos próprios moradores. Como de costume, a vista privilegiada da laje acaba sendo desfrutada após um percurso por becos e vielas feito junto com os guias locais. Em contraponto ao infame “turismo de safari”, esse tipo de atividade proporciona uma imersão mais compreensiva do bairro, e desestigmatiza a visão de fora das favelas, como ressaltado na fala de uma das guias: “[...] tenho propriedade para falar do lugar onde moro. O turismo que eu faço é para apresentar a comunidade e a arte local de forma construtiva, e não apenas as mazelas” (LIMA et al., 2023).

Tipologias consolidadas do uso da laje na Rocinha, em seus variados perfis de ocupação, se definem por variadas configurações ou “eixos de ação”, de uso evidentemente marcado por uma permanência no tempo. Dentre os casos com perfil mais coletivo, podemos citar manifestações de caráter religioso, turístico, comercial (como no caso de aluguel para eventos), de comunicação, hortifrutigranjeiro, de esportes, de reciclagem, e artístico, nesse caso específico incluindo atividades de vínculo com o teatro e o cinema. Muitas dessas modalidades são divulgadas para o

público em um maior alcance através de formatos *online*, particularmente em presença nas redes sociais.

O critério para a escolha das atividades que serão apresentadas à seguir se baseou na disponibilidade destas via *internet*, que de alguma forma tenham sido claramente explicitadas como sendo de certo de tipo de uso em lajes dentro da Rocinha — seja contendo ou não a palavra “laje” no nome da atividade —, além de terem indicando um destaque de presença em redes como *Instagram* e *Google Maps*:

- **Turismo de Base Comunitária:** Laje do Carlinhos; Laje da Mulher Maracujá; Restaurante Novo Visual (Laje do Clair); Laje do Preto Rua 2; Restaurante Nossa Laje Rio.



Figura 17 — Página da Laje do Carlinhos, @lajedocarlinhos.

Fonte: Instagram, 2022.

- **Prática religiosa:** Culto da Laje.



Figura 18 — Página do Culto da Laje, @cultodalajerocinha.

Fonte: Instagram, 2022.

- **Horticultura:** Horta na Favela, Horta na Laje.



Figura 19 — Página do Horta na Favela, @hortanafavela.

Fonte: Instagram, 2022.

- **Reciclagem:** Na Laje Designs.

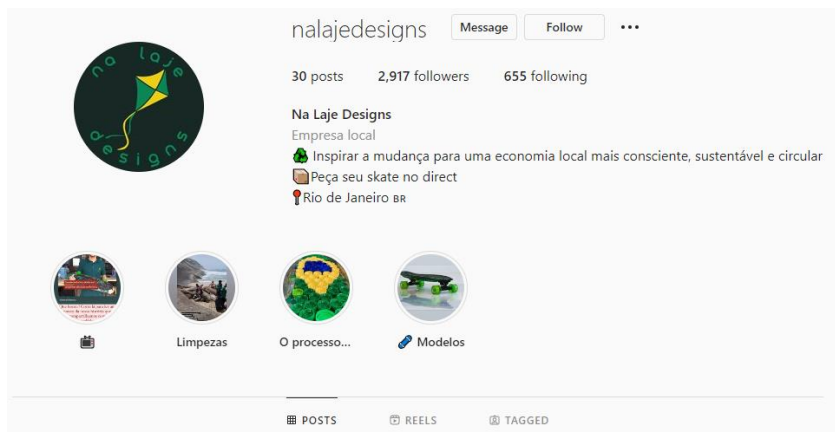


Figura 20 — Página do Na Laje Designs, @nalajedesigns..

Fonte: Instagram, 2022.

- **Esportes:** Yoga na Laje; Rocinha em Cena.



Figura 21 — Página do Yoga na Laje, @yoganalajerj.

Fonte: Instagram, 2022.

- **Aluguel para eventos:** Laje do Nascimento - "Só lazer"; Laje da Madrinha; Página no *Instagram* “@laje.aluganarocinha”



Figura 22 — Página @laje.aluganarocinha.

Fonte: Instagram, 2022.

O mapeamento destes usos e apropriações a seguir, indicando apenas os pontos georreferenciados, ou seja, possíveis de serem localizados geograficamente, esclareceu como os tipos de utilização das lajes tendem a se distribuir pelo território. Apesar da grande maioria dos casos citados acima não divulgarem através da *internet* seus endereços exatos, a escassez na disponibilidade desse tipo de dado não impediu de se chegarem a interpretações pertinentes, resultantes desse mapeamento.

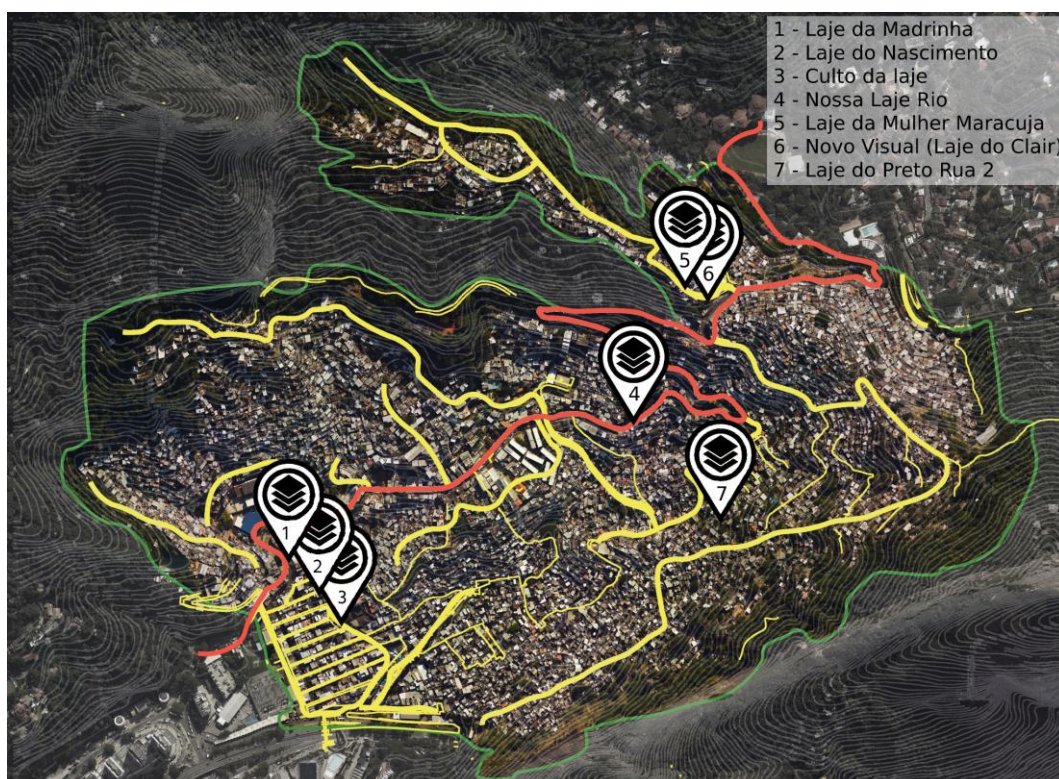


Figura 23 — Mapa de usos e apropriações da laje na Rocinha, demarcado por georreferenciamento.

Fonte: João Brum Rodrigues, 2022.

Como se pode reconhecer na área mais a sudoeste da Rocinha, em sua parte mais “planejada”, em torno do eixo da Via Ápia, e em contato com o bairro de São Conrado — e, logo assim aproximada da cidade dita formal —, verificamos espaços mais de perfil de utilização para alugueis de festas e eventos, com atividades mais flexíveis para entrada e saída de pessoas, denotando um uso mais aproximado às atividades locais, para os próprios moradores. Mais acima, a nordeste da Rocinha, subindo o morro, lajes com perfil vinculado às atividades de Turismo de Base Comunitária, direcionadas para a fruição de visitantes não-moradores, e/ou turistas em geral — logo assim havendo a utilização do mirante tirando proveito do posicionamento geográfico inserido na paisagem.

Conseguimos entender que existe uma indisponibilidade de dados relacionados ao uso da laje com perfil mais vinculado ao dia a dia do morador em partes mais “profundas” da Rocinha. Porém, como claramente expresso em um relato de uma moradora que foi entrevistada durante a pesquisa de campo (Anexo 6, “Moradora I”), isto não quer dizer que não exista uso e apropriação da laje com esse caráter nessas regiões, mas simplesmente que sua conjuntura social quer

manter uma certa privacidade ou controle quanto aos acessos de seu território, não expondo detalhes ao “mundo lá fora”, proporcionado pelos meios digitais.

Portanto, é de igual importância serem mencionadas sucintamente as práticas na laje inerentes ao cotidiano que podem ser consideradas como de tipologias “consolidadas”, mas que comumente não se encontram no formato *online*.

Podendo apresentar múltiplas camadas da realidade, aspectos de controle e conflito marcados por um estado interno de coerção e violência — como nas atividades dos olheiros do tráfico, em sua maioria jovens, observando na “laje como mirante” a “temperatura” do ir e vir na comunidade — se associam ao espaço físico da laje de maneira mais marcante ao serem evidenciados os movimento de “demarcação” de fronteiras sociais, sejam elas materiais ou imateriais, nos limites de seus espaços. Como evidenciado pelos testemunhos de moradoras entrevistadas durante a pesquisa de campo (Anexo 5, “Moradora F”; Anexo 6, “Moradora I”), em certas ocasiões, moradores começaram a “murar” o perímetro de seus espaços em suas coberturas — progressivamente ocorrendo em um movimento que se deu início desde o começo da pandemia —, garantindo suas exclusividades pessoais para seus usos, e impedindo risco de invasões de vizinhos e/ou não-moradores. Relacionada à estes entraves sociais internos, outra questão percebida no relato das moradoras é sobre o que de fato até certo ponto se permite ou não, dentro dos limites de legibilidade nas atividades ocorridas em lajes: especialmente na ocasião de fotografias e/ou filmagens, proibidas de serem realizadas no caso das suas visadas laterais, e permitidas no sentido da “vista panorâmica” da paisagem da Rocinha.

Outra importante menção, de faceta mais positiva, são os aspectos da vida lúdica, como as tradicionais brincadeiras de empinar pipa ou jogar bola, em especial por parte dos moradores durante a infância, que permanecem sendo de presença marcante não só na Rocinha, mas também no contexto periférico mais amplo, e revelam e justificam outras camadas de percepção quanto à ocupação destes espaços, em sintonia com a condição de hibridez que vem sendo mencionada ao longo deste trabalho. Revelando, nas palavras de Klintowitz (2008), uma “(re)invenção da praça” — praças suspensas em que se desdobram simultaneamente noções de “lajes-ruas” (p. 172, 173), como também de “lajes-platéias” e “lajes-palcos” (p. 188, 189) vinculadas com a ideia em si de “laje-praça” (p. 176, 177) —



, a pluralidade de uso dos ambientes nestes espaços de moradia na Rocinha confere sua vívida natureza que, assim como serão exibidos nos exemplos a seguir, trazem à tona para a referida questão seu teor contemporâneo.

### 4.3

#### O caso contemporâneo (em tempos de pandemia)



Figura 24 — Visita à Rocinha com liderança local e grupo de pesquisa Urbanismo e Práticas Sociais, coordenado pela prof.<sup>a</sup> Rachel Coutinho M. da Silva.

Fonte: João Brum Rodrigues, 2021.

Neste subcapítulo, serão apresentadas algumas observações sobre os usos e apropriações sociais e culturais da laje na favela da Rocinha. Se considera, portanto, que algumas manifestações culturais por grupos locais têm sido importantes para dar visibilidade a processos em curso na favela, e que os exemplos apresentados revelam, sobretudo, a natureza híbrida da laje. Depoimentos de lideranças locais que mostram a força dos grupos comunitários demonstrando que são sujeitos e podem erguer a voz também serão apresentados.

Durante o evento "Favela Virtual Tour: Memória e Sustentabilidade", ocorrido em 07 de dezembro de 2021, pela plataforma *Zoom*, apresentações virtuais de Turismo de Base Comunitária foram feitas por lideranças de ONGs localizadas nos territórios da Rocinha, Cantagalo e Chapéu Mangueira. Ao final das apresentações, é aberta uma mesa de perguntas, e é feita pelo autor desta dissertação a seguinte: "Como vocês identificam a importância do espaço da laje no dia a dia, principalmente tendo em conta os tempos de pandemia?", que logo em seguida é respondida por uma liderança local da Rocinha através do seguinte relato:

A questão da laje, eu acho que a gente pode ir entendendo como a perda do espaço do solo, do chão, não é? Com o crescimento que foi ocorrendo em função, mais uma vez eu volto, do nosso déficit habitacional, foi fazendo com que o pouco espaço que restasse de chão, de solo, foram sendo ocupados por moradias, e o que sobra pra isso? Você fazer uma casa onde permita você usar a laje como espaço de lazer, não é, de você tomar sol, de você se reunir com os amigos, com familiares. Então as lajes acabaram sendo um espaço totalmente social aonde você tem diversas atividades acontecendo. Então, as lajes na verdade, infelizmente onde eu moro na minha casa eu não tenho acesso à laje porque moradores já fizeram isso, então eu não tenho acesso. Eu acabo usando a laje dos vizinhos nesse sentido, mas a laje é totalmente um grande espaço de lazer social que as favelas tem. E aí, a Rocinha, ao meu ver, pra vocês terem uma dimensão, as lajes são muito bem ocupadas, tem lajes que tem piscinas, churrasqueiras. Então as pessoas, da sua melhor forma criativa e do que é possível de se investir, as pessoas investem (LOCKDOWN STORIES TRAVEL, 2021).

Como um dos destaques para as diversas formas de apropriação, mais recentemente temos o programa "Papo na Laje", que vem promovendo, desde 2021, discussões em diversas lajes inseridas em favelas no município do Rio de Janeiro, dando destaque a "juventudes que estão agindo no território, que estão na periferia do Estado". Transmitidos *online* semanalmente pelo *YouTube*, o programa aborda temas pertinentes para os moradores e pessoas envolvidas com a vida na periferia carioca.

O ambiente autoconstruído da laje se torna a plataforma ideal para a manifestação dessas falas locais. Tanto o nome do programa em si quanto o cenário real na laje se revestem de simbolismo ideal para a discussão de temas de interesse



dos moradores periféricos e que não são tratados nas mídias tradicionais. É uma forma de erguer a voz, no sentido proposto por hooks (2019), e de dar visibilidade aos grupos locais por eles mesmos.



Figura 25 — Programa Papo na Laje.

Fonte: [brasildefato.com.br](http://brasildefato.com.br); [wikifavelas.com.br](http://wikifavelas.com.br)

Dentre os assuntos discutidos, destacam-se tópicos como "direito à cidade"; "cultura de resistência e o samba"; "expressões populares"; "comunicação nas favelas" e "direito à moradia". Três programas em particular merecem destaque, por relatarem casos especificamente na Rocinha com seus moradores, que representam contemporaneamente símbolos da liderança local: "ser jovem hoje"; "agroecologia" e "cultura, história e resistência na Rocinha".

No primeiro caso, uma das lideranças fundadoras do coletivo A Rocinha Resiste conversa com os demais participantes sobre o protagonismo da juventude, em particular lidando com a situação de emergência durante a eclosão da pandemia de COVID-19. Neste recorte temporal, a ação desse grupo comunitário fez parte de uma rede solidária de ação social no território da Rocinha, atuando na coleta de alimentos, água, kits de higiene, material de limpeza, além de campanhas de conscientização e informação, incluindo um forte engajamento *online* através de redes sociais (COUTINHO, VELOSO, 2020). A participante também explica que é

articuladora do movimento Mulheres Negras Decidem, destacando a importância do protagonismo feminino nos âmbitos político e profissional na comunidade. Além disso, é também fundadora do Instituto Gueto, que fomenta o acesso à educação rompendo barreiras para os jovens locais. Ela conclui sua fala trazendo a questão: "como que a gente consegue sobretudo, contribuir com a continuidade da geração que foi antes e ser eixo pra próxima geração (...) o sonho é ser uma grande ponte".

No segundo caso, o convidado exibe a necessidade da agroecologia e suas técnicas, inserida no trabalho feito pelo grupo no qual é cofundador, a ACAER — Associação de Cultura Arte e Esportes da Rocinha. Neste programa em particular, a denúncia urgente da fome é um dos principais temas abordados.

No terceiro caso, o convidado é outra liderança jovem e co-fundador do coletivo A Rocinha Resiste. Ele realça a importância histórica de lideranças que, através dos movimentos de participação através de coletivos, ONGs e demais meios de organização local, por muito tempo foram e vêm sendo marcantes para o território através de “mobilizações políticas e formas de resistência”. Outra convidada participante neste programa, também cria da Rocinha, ressalta a importância de sua arte no grafite disseminada através do Turismo de Base Comunitária, que é realizado por meio de percursos na favela inseridos dentro do movimento Morro pela Arte: ela afirma que sua “missão é dar voz à comunidade”. Os dois ressaltam o valor dos mais velhos como “contadores de histórias”, no sentido de preservarem a memória dentro da comunidade, propagando-a para a juventude. Voltando para o convidado, ao ser perguntado pela entrevistadora o que ele tem sonhado para a Rocinha, para ele próprio e seus pares, dá a seguinte resposta:

Olha, eu acho que assim, de imediato o que a gente sonha de fato, pensando nas favelas, é que a gente consiga, de alguma forma, transformar a nossa realidade. A gente tem muito pelo o que lutar, a favela ainda hoje na cidade é muito estigmatizada, o Estado ele nos maltrata, ele nos assassina diariamente, e é por isso que a gente se coloca na luta. Então assim, a gente pensa realmente numa favela em que ela possa, onde essas vozes elas vão ecoar, sabe? Pra cidade e pro mundo. E a galera vai entender a potência e a força que a gente é. Então é por isso que a gente se mantém de pé, e é por isso que a gente se mantém na luta e na resistência (PAPO NA LAJE, 2021).

A laje torna-se então palco para dar voz a múltiplos atores sociais e adquire uma função performática que dá sentido ao que se propõe o programa Papo na Laje. Nesse caso, deixa de ser um espaço privado e torna-se uma arena acústica coletiva.

A laje na Rocinha viabilizou uma série de eventos importantes durante o isolamento social ocorrido devido à pandemia de COVID-19, especialmente lidando com o recorte temporal de meados de 2020 até o final de 2021. Se torna perceptível nessa situação atividades sociais e culturais com cunho participativo e com viés de sustentabilidade: nesses casos, as lajes de cobertura são identificadas como espaços de permanência, participação e pertencimento comunitários. Sob essa perspectiva, se configuram em cena alguns movimentos nesse período, em que se destacam acontecimentos como a encenação da peça A Paixão de Cristo, o projeto Horta na Favela e o evento Projeta Rocinha.



Figura 26 — Panfletos anunciando a peça A Paixão de Cristo.

Fonte: Grupo Rocinha Sem Fronteiras no *Whatsapp*, 2021.

No primeiro caso (REDAÇÃO, 2021), é importante ressaltar que a Via Sacra da Rocinha, espetáculo teatral tradicionalmente encenado desde 1992 durante a Sexta-Feira Santa de Páscoa — saindo do Largo do Boiadeiro e seguindo até a Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem — é cancelada em 2020 devido a pandemia do COVID-19. Em 2021, os organizadores da Via Sacra transmitem *online* o documentário “Via Sacra da Rocinha: arte e resistência na favela”. No entanto, no

mesmo ano se realiza nesta data a peça *A Paixão de Cristo* — sob a organização da Cia. Bando Cultural Favelados — em cima de uma laje na Rua 1 — uma significativa mudança do cenário costumeiro da celebração tradicional que ocorria nas vias públicas da comunidade. A cerimônia foi transmitida tanto via *internet*, em redes sociais, como projetada no Morro Dois Irmãos através de uma das lajes de um dos moradores, atividade que será detalhadamente explicada mais adiante.



Figura 27 — Encenação da peça *A Paixão de Cristo*, em uma laje da Rua 1.

Fonte: Grupo Rocinha Sem Fronteiras no *Whatsapp*, 2021.

Valendo-se de temática similar, a laje na Rocinha servindo de palco-plataforma para a performance artística, porém dessa vez no campo musical, também merece uma breve menção, que vem ganhando visibilidade em um recorte imediatamente pós-pandemia. Inseridos dentro do contexto da Escola de Música da Rocinha, o Coral LGBTQIA+ da Rocinha vem acolhendo pautas de diversidade e tolerância, utilizando como alguns de seus cenários de apresentação e ensaios as lajes — sendo uma com cobertura, e outra a céu aberto, com vista para toda a comunidade (RJ1, 2022).

No segundo tipo de apropriação da laje na Rocinha, se destaca o projeto Horta na Favela. Trata-se de uma instalação de hortas em lajes, uma iniciativa que nasce por volta de 2018 a partir de um mutirão para a construção de uma casa para um morador local. Até o momento de divulgação da notícia sobre a atividade (PINHEIRO; SILVA, 2021), três espaços para horticultura foram construídos em lajes na Rocinha, onde o criador do projeto disponibiliza seus conhecimentos e

atividades em sua rede social como auxílio para os cultivos. Sua sobrinha, que o ajudou na criação do programa, é uma liderança no coletivo A Rocinha Resiste e relata a importância da abordagem de temas como a sustentabilidade para a favela:

O debate sobre meio ambiente e horticultura é o futuro presente e pouco se tem falado e fomentado sobre esse tema. Por isso, gerar essa possibilidade para os moradores da Rocinha, principalmente para as crianças, é observar que estamos próximos e que vamos cada vez mais romper com essa lógica de que a favela não discute sustentabilidade. A importância do Horta na Favela está na urgência. (Ibid., 2021).

Esta ação de agricultura agroecológica em lajes representa o início de um movimento com promessa de estar se articulando na Rocinha como um todo, desde o primeiro semestre de 2022, se juntando à já presente ação do Horta na Favela. Fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), um projeto em parceria com moradores e com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) pretende realizar a plantação de produtos orgânicos em cerca de 50 lajes em toda a comunidade (MIRANDA, 2022). Nesse caso em especial, a importância do empreendimento hortifrutigranjeiro na Rocinha é reiterada pela liderança organizadora do Horta na Favela, compreendendo que as “hortas são ferramenta contra a desigualdade social”:

A gente tem que falar a linguagem do morador, tem que explicar que não tem lógica o produto orgânico ser mais caro porque a produção é mais barata. A Rocinha vai se alimentar bem e poder comercializar esses produtos saudáveis (MIRANDA, 2022).

Outra iniciativa de similar classificação ocorrendo na Rocinha, nesse caso particularmente propulsionada pelo período pandêmico, é o Horta na Laje. Como relatado em entrevista realizada pelo autor (Anexo 6, "Moradora G"), a moradora responsável pelo projeto registra o cotidiano de suas atividades, plantando na laje de cobertura da casa onde mora. Suas experiências e aprendizados — iniciados por uma necessidade pessoal de se manter ocupada durante o isolamento social, especialmente no recorte temporal entre 2020 e 2021 — são divulgados em plataformas *online*, nas redes sociais. Dessa forma, através da troca proporcionada



pelos meios digitais, os processos se desenvolvem em tempo real, ao mesmo tempo que servem de ensinamento para interessados no assunto, tanto dentro como fora da comunidade.



Figura 28 — Projeta Rocinha presenciado em uma laje.

Fonte: Giovanna Menechin, 2021.

No último caso de apropriação da laje na Rocinha, apresenta-se o Projeta Rocinha, que aproveita uma das maiores qualidades que podem ser vivenciadas pelos moradores dessa favela: a vista deslumbrante da paisagem do entorno da favela. Essa visão é proporcionada pelo espaço de convívio e permanência das lajes, que é apropriada como mirante. O Projeta Rocinha vislumbrou esse cenário e a função da laje como mirante, e apresentou uma projeção no Morro Dois Irmãos a partir de projetor na laje da casa de uma liderança local, Mauricio Soca. No estilo “cinema ao ar livre”, foram apresentados conteúdo cultural — filmes e música — além de informação e relatos feitos por moradores sobre a situação da pandemia, em formato visual com áudio reproduzido ao sintonizar na rádio. Produtor cultural nos movimentos comunitários e organizador da Casa de Cultura da Rocinha, Soca faz o seguinte testemunho a respeito do evento:

Meu sonho é ver povos de diferentes classes se encontrando cada vez mais e menos desigualdade no mundo, e o evento que estamos realizando tem um grande potencial para ajudar nisso. O foco é o morador, mas também estamos abertos a

receber em nossas lajes, sem aglomeração, quem talvez nunca tenha pisado na favela. A arte tem o poder de suavizar corações e unir pessoas. Esse projeto também é importante por oferecer entretenimento e alegria na pandemia [...] (GAMA, 2021).



Figura 29 — Projeta Rocinha presenciado em uma laje.

Fonte: Grupo Rocinha Sem Fronteiras no *Whatsapp*, 2021.

## 5

### A laje como projeção de sonho sob a ótica do morador

Durante o decorrer da pesquisa de campo, a partir de entrevistas semiestruturadas, novas reflexões começaram a ser estabelecidas, à posteriori. Quando foram feitas as entrevistas, as perguntas se alocaram sempre de acordo com o contexto do momento específico, mas de uma forma geral girando em torno do roteiro norteador: "Você possui ou tem acesso à uma laje para seu uso?", "Você percebeu uma importância na utilização dessa laje durante a pandemia?", entre outras desta mesma natureza.

Na prática, a técnica utilizada acabou se mostrando relativamente flexível, pois propôs ter como aparato principal simplesmente o diálogo experimentalmente aplicado com o entrevistado. Se baseando na capacidade do autor de memorizar os relatos, e não se instrumentalizando de nenhum tipo de registro imediato — como anotações em tempo real ou gravações de áudio — foi permitido ao entrevistado

ficar “à vontade”, ou seja: com uma certa dose de descontração para apresentar seus pensamentos, mesmo que inconscientemente, sem demasiado receio. Nesse desenrolar, foram obtidos resultados de qualidade singular, que, imediatamente após a finalização das conversas, foram anotados de maneira a “recuperar” todo tipo de conteúdo relatado, que naquele instante ainda estava seguramente presente na memória recente do autor.

Algumas amostragens puderam ilustrar argumentos mais esmiuçadamente abordados ao longo desta dissertação. Temos o caso do subcapítulo 2.4, onde foram apresentados olhares mais vinculados às particularidades do cotidiano (Anexo 4, “Moradora A”, “Moradora B” e “Morador C”), favorecendo nestes exemplos de uso e apropriação da laje aspectos etnográficos mais aparentes. Em outro caso, como no subcapítulo 4.2, um relato em especial (Anexo 6, “Moradora I”) foi importante para esclarecer o argumento acerca dos estabelecimentos de “fronteiras invisíveis” no território, onde temos no caso da laje da moradora entrevistada um depoimento que não deixa de se descolar desse tipo de dinâmica social. No subcapítulo 4.3, o depoimento da moradora organizadora do projeto Horta na Laje (Anexo 6, “Moradora G”), pôde servir como testemunho de uma relevante iniciativa de manifestação na laje, propulsionada evidentemente pelo período pandêmico.

Contudo, qualquer que tivessem sido as perguntas feitas pelo autor deste trabalho, um fator importante não foi indicado ou induzido pelas mesmas. Em um considerável número de casos, as respostas para estes tipos de pergunta foram respondidas sinalizando uma dimensão de futuro. O próprio teor das respostas de alguns entrevistados se inclinava para esse “olhar para frente”, vinculadas à uma noção de “vir a ser”: o que de certa forma poderia se enquadrar dentro do que foi definido como “vontade de potência”, à maneira estabelecida por Nietzsche (CASA DO SABER, 2022).

Para uma parcela dos moradores que foram entrevistados, o espaço da laje que estes possuem é vislumbrado como uma projeção de suas vontades, desejos e sonhos, seja numa perspectiva de curto, de médio ou de longo prazo. O plano do sonho lançado para o futuro se configura como algo abstrato, e essa inconcretude se reflete numa possibilidade — ou impossibilidade — que atravessa questões determinantes, de nível não só emocional como material, que nesse caso se define no sentido financeiro da palavra.



Por isso, tal perspectiva de projeto de vida, aos olhos do autor deste trabalho, se coloca como algo não necessariamente a ser realizado, mas que situa no território que é do pertencer dos moradores da Rocinha sua relação com um dos mais humanos dos sentimentos: o da esperança, independente que se materialize ou não no plano real.

Como podemos ver em alguns casos apresentados nos resultados das entrevistas, a laje nessa chave pode se lançar como um mecanismo para complemento de renda, vislumbrada como espaço para festas, churrascos, e/ou eventos em geral (Anexo 4, “Moradora A”; Anexo 5, “Moradora F”). Em outro caso, a laje se tornaria equipada de infraestrutura para receber outros moradores, sendo nesse caso vislumbrada como uma plataforma de disseminação da cultura através da declamação de poesias (Anexo 5, “Moradora E”).

Mesmo havendo casos onde ocorreram um certo pragmatismo no teor das respostas, sem ter necessariamente uma perspectiva muito enfática ou engajada no assunto (Anexo 4, “Morador C”; Anexo 5, “Moradora D”; Anexo 6, “Moradora H”) relatando atividades de uso corriqueiro, há que se admitir que por parte do autor desta dissertação houve uma expectativa que se dessem durante o processo de “investigação” no campo mais respostas atreladas ao uso e apropriação da laje que indicaram um pertencimento dos moradores em seu momento contemporâneo (Anexo 4, “Moradora B”; Anexo 6, “Moradora G” e “Moradora I”), à maneira dos casos que foram registrados por meio da pesquisa etnográfica *online*, ao longo dos anos de 2021 e 2022.

Em contrapartida, esta grata surpresa de identificação da laje, sob a ótica do morador, como espaço destinado à "projeção de sonho", permitiu enxergar ao longo do decorrer da pesquisa que as concepções que são tomadas à priori se alteram à medida que a pesquisa vai se desenvolvendo, ressignificando informações e percepções que poderiam ter sido consideradas como fechadas ou terminadas caso o autor não tivesse passado por essa experiência.



Figura 30 — Cachorro em uma laje na Rocinha.

Fonte: João Brum Rodrigues, 2021.

## 6

### Considerações finais

Como considerações finais, e propondo uma leitura proponente à futuras investigações no campo acadêmico, profissional e de extensão relacionadas à temática do uso e apropriação da laje na favela, é reiterado ao final deste trabalho o processo desenvolvido ao longo desta jornada de pesquisa. O que se inicia como espécie de hipótese em um território dentro da residência que existe como espécie de "microcosmo" de convivência, inserida dentro de um contexto relativamente particular do cenário urbano, propôs nessa trajetória ressignificar alguns apontamentos.

Dentre eles, o que se considera como dado certas ambivalências, supostas polaridades de leitura espacial, para investigar mais a fundo dinâmicas de convivência socioespacial em que se revelaram camadas não só vinculadas superficialmente e profundamente aos campos da Arquitetura e Urbanismo — que em si estão inseridos na Ciência Social Aplicada —, mas considerando nesse

caminhar outros campos da Ciência Social como um todo, interseccionando-as com questões pertinentes para as áreas da Antropologia, do Direito e da Psicologia, nesse último caso especificamente demonstrado pelos resultados obtidos com a pesquisa de campo. Se deu a entender na reta final desta pesquisa, usando a Rocinha como caso de estudo, que os dados que foram sendo expostos traduzem territórios na favela que se apresentaram não só como tendo ambiguidades — público versus privado; dentro versus fora etc. —, mas que tratam de uma condição em que se coloca uma quantidade significativa de camadas sobrepostas, em um nível de complexidade que puderam ser interpretadas como sendo de “natureza híbrida”.

Após uma breve contextualização do recorte espacial do estudo de caso a ser apresentado mais adiante, a laje na favela se inicia nesta dissertação em uma perspectiva de uso e apropriação para possíveis teorizações inseridas em uma leitura do espaço, mais aprofundadamente sendo colocada nesse momento inicial como cenário de uma Produção do Espaço (LEFEBVRE, 1974). Reiterando os conceitos apontados por Lefebvre — dos meios de produção no espaço social, tripartido entre concebido, vivido e percebido — podemos evidenciar que o espaço percebido se manifesta no território através do espaço vivido que se prevalece na medida que convive com um espaço concebido que se esvazia em sua relevância.

Logo em seguida, são investigadas conceituações apresentadas dentro da noção de “urbanismo subalterno” (ROY, 2005), explorando a dita “informalidade” como produto do planejamento urbano institucional, que contempla apenas a parcela da cidade dita como formal — e subsequentemente interligando a laje na favela sob esta ótica. Não se pode alegar, no entanto, que a situação existente se compõe através de uma mera ausência do Estado, que simplesmente atenta seu enfoque em zonas específicas da cidade enquanto negligencia outras. O esvaziamento da expressividade na ação estatal reflete uma trama mais complexa, na qual ocorre uma espécie de “ausência planejada”: onde a falta se dá de forma intencional e englobando interesses implícitos, movimento responsável pela geração justamente desse “outro” — como abordado o termo dentro da fala de Rolnik (LABCIDADE FAUUSP, 2021).

A seguir, a “ecologia dos saberes” (SANTOS, 2010) se estipula então como consideração, por se colocar dentro da prática social no território como sendo o aparato de contraponto à uma realidade socioespacial contra-hegemônica. Dentro dessa lógica, a inoperância do planejamento urbano dito formal se encontra, em sua

instância pós-colonial, em desarmonia com o diálogo das populações, demonstrando sua inépcia em saber lidar com terras “não-arrasadas”. Pode-se deduzir a hipótese de que, na configuração final de espaço percebido nesse caso apresentado, apresenta-se um espaço vivido que ao mesmo tempo é um espaço “concebido” insurgente, concebido com o diferencial de se apresentar contra-hegemônico.

Ao final deste capítulo, percebe-se na análise etnográfica (VOGEL; MELLO, 2017) a última peça crucial para essas abstrações necessárias para a pesquisa, na qual se configuram as complexidades expressas que conseguem ilustrar satisfatoriamente a conceituação de caráter de hibridez dada ao longo do trabalho para o uso e apropriação da laje na favela.

Logo em seguida, associadas às conceituações acima, de nível mais abstrato, foi importante averiguar a relação da laje com sua condição física. Portanto, compreendê-la na lógica da favela em sua perspectiva construtiva, e intrinsecamente conectada à sua perspectiva jurídica, foi pertinente o passo a ser dado a seguir. O plano das leis pode se vincular com laços muito interligados ao plano material das obras, do mutirão, e toda a coerência construtiva inerente à favela que não abarca a realidade legal. Esta, proveniente do “direito de laje”, se contrapõe à realidade do morador da favela, quando se denota que sua regularização legal específica perpassa por instituições administrativas próprias da comunidade, como as Associações de Moradores (CORREA, 2012).

Além disso, como vimos em pesquisas de análise de gabaritos realizadas na Rocinha (TOLEDO; SILVA; TÂNGARI, 2007), vem se avançando no caso desta favela processos de verticalização, movimento esse que tem especial importância quando tratamos da sobreposição de lajes e seu inerente valor de uso e de troca. Esta circunstância se torna explicitamente exposta numa lógica de mercado que dita seu próprio ritmo de crescimento, independente das áreas urbanizadas “formalmente”.

Após serem expostas as situações de leitura do uso e apropriação da laje em perspectivas teóricas e materiais, foi crucial para o desfecho da dissertação observar a leitura desta temática pela via socioespacial. Como preâmbulo para o capítulo, foi proposto a demonstração de uma espécie de “estado da arte” das atividades na laje, indicando suas nuances dentro e fora do contexto periférico, aproximando seu olhar

para a favela, e em seguida para a Rocinha — indicando as tipologias e usos da laje mais comumente encontradas dentro de seu cotidiano.

Em seguida a este exercício introdutório, foi fundamental completar esta análise por um determinado tipo de ação, situado em um recorte específico no espaço e no tempo. Portanto, foi necessário para esta seção o enfoque nas práticas socioculturais (ação), situadas na Rocinha (espaço) durante o período entre os anos de 2021 e 2022, marcados consideravelmente pela pandemia do COVID-19 (tempo). Estas práticas socioculturais foram evidenciadas através de um processo de pesquisa *online* em plataformas de redes sociais, realizada durante certo “auge” de isolamento social. Neste caso, o aspecto coletivo se tornou mais perceptível, pois pudemos observar formas de organizações neste território da laje que permitiam usos e apropriações de caráter comunitário — como nos casos da peça A Paixão de Cristo, o projeto Horta na Favela e o evento Projeta Rocinha, além do programa Papo na Laje.

Por outro lado, o penúltimo capítulo da dissertação apresenta os desdobramentos resultantes dos testemunhos encontrados na pesquisa de campo realizada pelo autor, ocorrida em meados de 2022, em um recorte temporal que permitiu certo “relaxamento” no isolamento social provocado em decorrência da pandemia. Neste caso, a particularidade destas “amostras de vivência”, evidenciada pelo teor do resultado das entrevistas — baseadas em um roteiro semiestruturado (“Anexo 3”) —, trouxeram resultados com olhares mais subjetivos, que indicaram a laje como plataforma para grande aprofundamento psicológico, ao se tornar uma interface de potencial para projeção de sonho sob a ótica do morador.

Os estudos teóricos e empíricos feitos neste projeto de pesquisa se evidenciaram como pertinentes pois reforçaram a significância do pertencimento de seus moradores com seu local e sua parte da cidade, destacando o caráter mais humanizado de nossas vidas. Muitas vezes, esta condição de pertencimento pode passar despercebida no ir e vir de nosso cotidiano devido a um “olhar viciado”, ou, nas palavras de Lefebvre (1970), por causa de um “campo cego”, provocado pelas fronteiras impostas dentro da cidade.

Retomando a fala de um dos moradores, uma importante liderança local com forte presença nesta comunidade (LOCKDOWN STORIES TRAVEL, 2021), as lajes no contexto das favelas representam uma resposta ao déficit habitacional e à falta de espaços públicos livres nesse território. À medida que as edificações se

expandem nessas áreas, o pouco espaço disponível é ocupado por construções verticais, que incluem as lajes de cobertura. Esses espaços têm sido valorizados e adaptados de forma criativa pelos moradores, se tornando áreas de convivência social em meio às limitações que costumam ser enfrentadas nas favelas brasileiras com um todo.

Ao final deste trabalho de dissertação, quando retomamos as noções de Produção de Espaço (LEFEBVRE, 1974) — especificamente nesse caso, a de um espaço percebido revelando sua condição de espaço vivido e se sobrepondo à sua condição de espaço concebido —, analisamos a inserção destas conceituações na laje, no instante em que a compreendemos como uma **plataforma de participação**, especialmente como foi verificado no caso da favela da Rocinha.

A análise de uma “natureza híbrida” no uso e apropriação da laje na favela da Rocinha pôde ilustrar e traduzir em palavras uma forma de complexidade de vida urbana, expressa em uma série de entrelaçamentos de circunstâncias. Essa conjuntura foi compreendida sobretudo através de noções inerentes de valor de uso e de troca da laje em sua realidade construtiva e jurídica; da expressão nas manifestações na laje como formas de apropriação e participação coletiva; e, finalmente, da laje como projeção de sonho sob a ótica do morador.

Para o autor desta dissertação, o desejo é que esse trabalho possa servir de ensinamento para a conscientização não só em futuras práticas acadêmicas, extensionistas e profissionais de arquitetos e urbanistas, mas em qualquer indivíduo que venha a lidar com sua condição socioespacial específica e sonhe com uma cidade mais inclusiva e realmente para todos.

## 7

### Referências bibliográficas

ABRAMO, Pedro. “A Cidade Com-Fusa: a mão inoxidável do Mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* v.9, nº2, novembro 2007, pp. 25-54.

ABRAMO, P.; FARIA, T. C. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. 1998, p. 445-446.

ALVES, G. A. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. *Geosp - Espaço e Tempo (Online)*, v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019, ISSN 2179-0892.

ALVES DOS SANTOS JUNIOR, Orlando. Urban common space, heterotopia and the right to the city: Reflections on the ideas of Henri Lefebvre and David Harvey. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 146–157, 2017.

AMARAL, Denise Meira do. Uma noite de cinema na Rocinha. *Revista Trip*, Rio de Janeiro, 26 jan. 2021. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/uma-noite-de-cinema-na-rocinha>. Acesso em: 8 fev. 2021.

ANDRADE, L. da S.; VALVERDE, R. R. H. F. A Dimensão Cultural do Espaço Edificado na Rocinha. *Geosul*, Florianópolis, v.18, n. 25, p. 55-70, jan/jun. 2003.

BRASIL. Medida Provisória nº 759, de 2016. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2002.

BOURDIEU, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

CARVALHO, Edu. *Na curva do S: Histórias da Rocinha*: Edu Carvalho. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2020.

CARVALHO, Rachel Coutinho M. da S. *New Towns and Regional Development in the Northwestern Frontier of the State of São Paulo, 1890-1950*. Ph.D. dissertation, Cornell University, 1988.

CASA DO SABER. A vida como vontade de potência. 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f03GcgxX52I>. Acesso em: 09 jan. 2023.

CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, núm. 69, febrero, 2009, pp. 69-80.

CORREA, Claudia Franco. Direito de laje: a invisibilidade do direito fundamental de morar nas favelas cariocas. In: MELLO, Marco Antônio et al. (Ed.). *Favelas cariocas ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 313-328.

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel. A corrupção no espaço urbano e o valor das normas urbanísticas. In YUNES, E. & BAZILIO, L. C. *A chaga da corrupção*. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, 2005, p. 11 – 30.

\_\_\_\_\_. Urbanismo pelo Averso: uma reflexão sobre a prática urbanística para buscar uma nova práxis do urbanista, Conferência Magna para Promoção para Professor Titular do Magistério Superior, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ, 2016.

\_\_\_\_\_. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO BRASIL. In: ALVIM, Angélica Tanus Benatti; RUBIO, V. M.. (Org.). *Sustentabilidade em projetos para urbanização de assentamentos precários no Brasil. Contexto, dimensões e perspectivas..* 1ed.Barueri, SP: Editora Manole, 2022, v. 1, p. 45-68.

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel; RODRIGUES, João Brum. Urbanismo subalterno e sua expressão no uso e apropriação da laje na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil. In: V SUUB - Seminário Urbanistas e Urbanismo no Brasil: urbanismos e nacionalismos, 5 ed., 2022, on-line. Anais [livro eletrônico], orgs.:



Fernando Atique, Josianne Francia Cerasoli. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2022, p. 355-369.

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel; VELOSO, T. M. Participação comunitária e projeto urbano em favelas. A realidade e a percepção dos moradores na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro. *Arquitextos*, São Paulo, v. 246.02, 2020.

DAMATTA, Roberto. O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p. 23-33.

DEPOIS ROLA O MOCOTÓ. Direção de Debora Herszenhut e Jeferson Oliveira. Rio de Janeiro: Urca Filmes, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-unhwmWSYhA>. Acesso e transcrito em: 12 mar. 2021.

DJ MARLBORO. Rap Da Rocinha. 15 jul. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBplxwDLDgY>. Acesso em: 13 fev. 2023.

ESPÓSITO-GALARCE, F.; SILVA, R. C. M. da. Apropiación, uso y abandono de los espacios residuales provocados por el teleférico del Complexo do Alemão, Río de Janeiro. *Arquitetura Revista*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 11–23, 2016. DOI: 10.4013/arq.2016.121.02. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2016.121.02>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FERRO, Sérgio. “O canteiro e o desenho”. In: FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. Apresentação: Pedro Fiori Arantes; Posfácio: Roberto Schwarz. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 105-120.

FORMALIDADE. Grande Dicionário Houaiss. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 31 jan. 2021.

FORTY, Adrian. Introduction; Mud and modernity. In: \_\_\_\_\_. Concrete and culture: A material history. London: Reaktion Books, 2013, p. 7-41.

FREIRE, Aluizio. Venda de lajes é negócio lucrativo nas favelas do Rio. G1 - O portal de notícias da Globo, Rio de Janeiro, 3 abr. 2009. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1070485-5606,00-VENDA+DE+LAJES+E+NEGOCIO+LUCRATIVO+NAS+FAVELAS+DO+RIO.html>. Acesso em: 9 jan. 2023.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: Editorial FGV, 2009, p. 49-53.

\_\_\_\_\_. Casa, Rua & Laje: O caso da favela globalizada. Paper apresentado no Seminário Internacional de Sociologia: 50 anos de Brasília e 40 anos da Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB, 9 a 12 de novembro de 2010, p. 1-18.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca.; NAME, Leo. Epistemologia da laje. Tempo Social, 31(1), 2019. p. 153-172.

GAMA, Madson. O Morro Dois Irmãos como tela: produtor cultural cria da favela é um dos responsáveis pelo Projeta Rocinha. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/o-morro-dois-irmaos-como-tela-produtor-cultural-cria-da-favela-um-dos-responsaveis-pelo-projeta-rocinha-24848815>. Acesso em: 8 fev. 2021.

HARRIS, Elizabeth Davis. Le Corbusier: Riscos Brasileiros. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa e Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Nobel, 1987, p. 17-18.

HARVEY, David. “O Pós-Modernismo na cidade: arquitetura e projeto urbano” IN: \_\_\_\_\_. A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural, São Paulo: Edições Loyola, 1993 (original 1989), p. 69-96.

HOLSTON, James. Insurgent Citizenship in an Era of Global Urban Peripheries. City & Society, Vol. 21, Issue 2, 2009, p. 245-267.

HOOKS, bell. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019

INFORMALIDADE. Grande Dicionário Houaiss. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

INSTITUTO MOREIRA SALLES & MUSEU SANKOFA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ROCINHA. Memória Rocinha, 2014. Linha do Tempo. Disponível em: <<https://memoriarocinha.com.br/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 21 de jun. de 2022.

JACQUES, Paola Berenstein. Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001, p. 13-14, 24.

JACQUES, Paola Berenstein. Improvisações urbanas. Arquitextos, São Paulo, ano 22, n. 260.00, Vitruvius, jan. 2022 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.260/8376>>.

KIBON BRASIL. Documentário Deu na Telha. 31 out. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5gGA5T-8lBQ>. Acesso em: 02 out. 2020.

KLINTOWITZ, Danielle Cavalcanti. A (re) Invenção Da Praça a Experiência Da Rocinha E Suas Fronteiras. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2008.

LABCIDADE FAUUSP. Aula 6: A relação com o outro: a cidade irregular. 1 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GzoItTGdAR4>. Acesso em: 24 nov. 2021.

LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 1974). Primeira versão: início - fev. 2006, p. 65-66.

\_\_\_\_\_. A revolução urbana. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999 (original 1970).

LEITÃO, Gerônimo. Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha ao longo de cinquenta anos. 2004, Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. Transformações na estrutura socioespacial das favelas cariocas: a Rocinha como exemplo. In: Cadernos Metrôpole 18 (pp 136-155), 2007.

LIMA, Lorena; LIMA, Tatiana; SILVA, Michel; SMOLENTZOV, Carolina. Turismo na Rocinha atrai brasileiros e estrangeiros o ano todo. Jornal Fala Roça, Rio de Janeiro, 6 jan. 2023. Sustentabilidade. Disponível em: <https://falaroca.com/turismo-rocinha-favela/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LOCKDOWN STORIES TRAVEL. Favela Virtual Tour: Memória e Sustentabilidade. 07 dez. 2021. Disponível em: <https://web.facebook.com/TourismVirtualStories/videos/4529464087163738>. Acesso em: 07 dez. 2021.

MAGALHÃES, Alex Ferreira. O direito das favelas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

MIRANDA, Eduardo. Hortas urbanas: projeto na Rocinha em parceria com UFRRJ vai ocupar lajes da comunidade. Brasil de Fato | Uma visão popular do Brasil e do mundo, Rio de Janeiro, 4 maio 2022. CIDADES. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2022/05/04/hortas-urbanas-projeto-na-rocinha-em-parceria-com-ufrj-vai-ocupar-lajes-da-comunidade>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MONTANER, J. M. A condição contemporânea da arquitetura. São Paulo: Gustavo Gili, 2016. p. 97-110.

MUSEU SANKOFA DA ROCINHA. Projeto Rocinha Pela Vida. 29 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0X78mVoPN8k>. Acesso em: 01 dez. 2021.

OUTRAS HISTÓRIAS: Maré: A Laje. [Locução de]: Drauzio Varella. [S.l.]: UZMK Conteúdo, 12 out. 2021. Podcast. Disponível em: [https://open.spotify.com/episode/0788kdhyt9XfWJTaM6mpEk?si=163aQaKuSnyobHTvwQpUiA&dl\\_branch=1](https://open.spotify.com/episode/0788kdhyt9XfWJTaM6mpEk?si=163aQaKuSnyobHTvwQpUiA&dl_branch=1). Acesso em: 12 out. 2021.

PAPO NA LAJE. #2 Papo na Laje: Ser Jovem Hoje. 18 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IL96KZXs4z4>. Acesso em: 05 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. #6 Papo na Laje: Agroecologia. 16 dez. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z7OBbAyxlhA>. Acesso em: 05 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. #8 Papo na Laje: Cultura, história e resistência na Rocinha. 30 dez. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7YaXGNkjr6s>. Acesso em: 05 abr. 2022.

PINHEIRO, Amanda; SILVA, Michel. Horta na Favela: projeto criado na Rocinha visa reduzir impacto ambiental. Jornal Fala Roça, Rio de Janeiro, 13 jan. 2021. Disponível em: <https://falaroca.com/projeto-horta-rocinha-impacto-ambiental/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REDAÇÃO. Sem poder ir às ruas, organizadores da Via Sacra da Rocinha vão transmitir documentário na web. Jornal Fala Roça, Rio de Janeiro, p. 1, 1 abr. 2021.

Disponível em: <https://falaroca.com/documentario-via-sacra-rocinha-covid/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

RJ1. Coral LGBTQIA+ da Rocinha usa música para falar sobre respeito e diversidade. 03 nov. 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11093226/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ROLNIK, Raquel. Informal, ilegal, ambíguo: a construção da transitoriedade permanente. In: Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo, Boitempo Editorial, pp. 169-194, 2015.

ROY, Ananya. Urban Informality: Toward an epistemology of planning. *Journal of the American Planning Association*, vol. 71, n. 02, 2005.

\_\_\_\_\_. Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*, Volume 35.2. 2011, p. 223-238.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Notas sobre a história Jurídico- Social de Pasárgada. In: SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim (orgs.). *Sociologia e Direito: textos básicos para a disciplina de Sociologia Jurídica*. São Paulo: Pioneira, 1999. pp. 87-95.

\_\_\_\_\_. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* / Boaventura de Sousa Santos. — 3. ed. — São Paulo: Cortez, 2010. — (Coleção para um novo senso comum; v. 4).

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (org.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo, Cortez Editora, 2010, p. 9-72.

SILVA, Michel. Rocinha receberá cinema ao ar livre com projeção no Morro Dois Irmãos. *Jornal Fala Roça*, Rio de Janeiro, 19 jan. 2021. Disponível em: <https://falaroca.com/rocinha-cinema-projecao-morro-dois-irmaos/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

SOARES, Raquel Antunes da Fonseca. O direito real de laje como instrumento de exercício da cidadania nas comunidades marginalizadas. *Revista de Artigos Científicos* - V. 10, n.1, Tomo II (K/Y), jan./jun. 2018, p. 503.

TERRY, Tatiana. *Favela Quitinete: transformações sócio-espaciais em favelas cariocas consolidadas e o caso de Rio das Flores/Rio Novo na Favela de Rio das Pedras – RJ.* / Tatiana Terry. – Rio de Janeiro, 2021. 288 f.

TOLEDO, Luiz Carlos.; SILVA, Jonathas Magalhães P.; TÂNGARI, Vera Regina. *Derrubando os Muros: Planejamento Participativo e Integração Social na Comunidade na Rocinha no Rio de Janeiro.* In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Em Planejamento Urbano e Regional, Belém, 2007.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.* Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VOGEL, A.; MELLO, M. A. da S. *Quando a rua vira casa : a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro.* 4. ed. rev. e aum. / apresentação da 4. edição: Felipe Berocan Veiga e Soraya Silveira Simões. [s. l.]: EdUFF, 2017.

## 8

### Anexos

#### 8.1

##### Anexo 1: Rocinha, 04.10.21

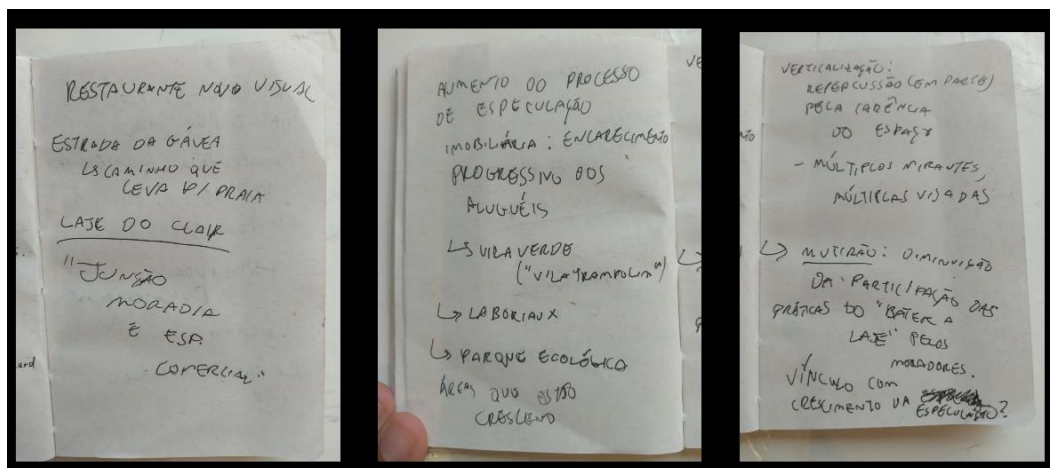


Figura 31 — Anotações *in loco* de visita feita com liderança do Museu Sankofa na Rocinha.

Fonte: João Brum Rodrigues, 2021.



Figura 32 — Pannel contendo a “História da Rocinha” como contada, durante a visita, em ponto de Turismo de Base Comunitária.

Fonte: João Brum Rodrigues, 2021.

## 8.2

### Anexo 2: Rocinha, 21.11.21 - Um diário de percepções

A confraternização teve como ponto de partida o local de encontro combinado, em frente ao posto de saúde Albert Sabin, na Rua 1. Convido minha



companheira para ir comigo nesse passeio de manhã de domingo: nos dias anteriores havia chovido bastante, e estava incerto se o encontro iria mesmo acontecer até então.

Saindo do metrô, decidimos subir de van pela Estrada da Gávea após esperar muito tempo por um ônibus. A van, em seu andar devagar, vai subindo e parando letárgicamente em seus diversos pontos, e na hora de chegar na famigerada Curva do S se confronta com um mini-ônibus, que vem descendo. A van para, se reposiciona para se deslocar à via de sentido contrário, e assim consegue subir a acentuada curva.

Chegando no posto, esperamos pelo encontro de mais pessoas neste local: até agora só chegaram umas dez, mas cerca de trinta a quarenta pessoas confirmaram presença — a feijoada foi toda feita pensando nessa quantidade de participantes.

Me apresento simplesmente como arquiteto e aluno da PUC para a senhora que organizou esse encontro, com quem havia combinado de participar, apenas por contato via *Whatsapp*, no dia anterior: soube do evento através de uma publicação em um grupo de coletivo de moradores.

Conversa vai, conversa vem, decidimos partir para a rota. A moradora nos avisa logo antes de irmos que o passeio foi informado para a “chefia” local, portanto não precisaríamos nos preocupar.

Descemos a Rua 1 e entramos em um caminho estreito, que vai nos levar à quadra de futebol para um breve lanche. Durante o percurso, converso com um rapaz do grupo, estudante de arquitetura alemão, que está elaborando seu trabalho de conclusão de curso e estagiando em um escritório daqui do Rio, conhecido pelo seu trabalho na Rocinha, renomado por ter aberto um importante diálogo com os moradores. No meio da conversa, esbarramos com um morador, organizador de um programa de hortas comunitárias, que estava programado para apresentar um pouco sobre seu trabalho nesse encontro, mas teve que cancelar sua participação devido um imprevisto — mais tarde combino com o estudante, que já estava "trocando figurinhas" com esse morador, de outro dia marcar um encontro com ele.

Quando reparo para olhar o grupo, que segue o seu caminho na estreita vereda cercada por construções que bloqueiam em partes a vista e o sol, vejo que já está seguindo mais à frente e chamo atenção do alemão para não nos perdermos. Quando me reencontro com minha companheira, ela se mostra um tanto

preocupada, pois acaba de ver uma pessoa “munida” em um canto, fumando. Digo para ela que nem havia reparado, pois corri preocupado em me reencontrar com o grupo.

No meio do caminho, fazemos uma parada para observarmos uma casa que serve de assistência médica local para o sub-bairro, uma espécie de mini-SUS comunitário. Quando saímos de lá, reparo um grupo de rapazes no mesmo perfil do outro que minha companheira havia mencionado — dessa vez, quem não reparou foi ela.

Chegando à quadra de futebol, sendo o espaço em si uma grande laje, nos deparamos com duas situações: crianças jogando bola em um canto da quadra e, do outro canto, quatro cachorros, todos cor caramelo. Começamos um lanche e aproveitamos a oportunidade para conversar mais um pouco e ouvir alguns testemunhos de moradoras, que relataram suas experiências: entre elas, chegando na Rocinha, com filhos e maridos, e também lidando com a retirada (ou a possível falta) de água na fonte cristalina bem ao lado. Um morador, liderança local reconhecida, também aproveita a oportunidade para fazer um panorama histórico da comunidade.



Figura 33 — Moradora observando a vista da Rocinha em quadra de futebol durante a visita.

Seguimos o caminho, e, logo saindo da quadra, nos deparamos com um ambiente rural: criações de porcos e galinhas são um breve cenário de passagem para o ambiente virgem de Mata Atlântica preservada que dá acesso à fonte da Mina do Bicão. O local é um tradicional ponto de retirada de água natural, e no momento que chegamos um morador estava enchendo dois galões. Sua paisagem dá vista à área do bairro da Gávea, já sendo visível dessa perspectiva o Jockey Clube.

Nesse momento, conversei com uma moradora, pois tive a impressão de que a reconhecia de uma antiga reunião do coletivo de moradores, que havia participado cerca de dois anos atrás. Ela me diz que não era essa determinada pessoa, mas que conhecia este grupo e que já havia participado de algumas reuniões. Em seguida, exponho um pouco para ela os assuntos que foram abordados na última reunião — todos relacionados ao saneamento básico — e que a próxima reunião iria tratar de temas relacionados, como a água e os mutirões. Comentamos que as coisas parecem estar lentamente retornando ao normal, e que esse esquema de *lives* acaba deixando tudo muito impessoal, sem ter todas as oportunidades promovidas pelos encontros da vida real.

Saindo de lá, retornamos mais para dentro da comunidade, onde seria iniciada a feijoada. Subimos, subimos e passamos por uma parte em que a trilha se torna dificultosa para algumas pessoas do grupo, que já estão mais debilitadas fisicamente. Nesse momento, tento ajudar algumas a subirem, oferecendo minha mão como auxílio para não escorregarem no piso íngreme de pedra com limo.

Logo retornamos à uma paisagem de perfil mais rural, mas com o diferencial de encontrarmos algumas moradias já inseridas nesse contexto: habitação imersa dentro desse verde. É o espaço em que chegamos para a feijoada: mesas e sofás foram postos nesse ambiente de floresta, no chão de terra, no meio do mato — já sinto os mosquitos rodopiando.

A moradora organizadora então pede ajuda a alguns homens, incluindo nosso amigo alemão, que já a conhecia há mais tempo, para descerem e ajudarem no transporte da feijoada para cima. Retornam com um balde carregado numa amarração engenhosa, feita com uma vara e corda devidamente acopladas.

Espero algumas pessoas se servirem antes, e depois me levanto: encontro uma feijoada com tudo que tem direito — linguiça, carne seca, costela, orelha —,

além de arroz, farofa, couve e laranja. Ou seja, uma delícia. Tomo a liberdade de repetir, como outros fazem: o cálculo foi feito para uma quantidade bem maior de pessoas, como já havia comentado. Uma moça aproveita e repete uma porção de linguiça.

Antes e durante o almoço, vários teores de conversa se encenam: umas puxando para temas mais pesados, outros mais leves — todos envolvendo o cotidiano, o social, a vida e os desafios diários dessas pessoas. Me coloco numa posição mais de ouvir do que de falar — quem trabalha com pesquisa conhece: a tal “observação participante” — tento tecer apenas alguns comentários para me inserir nas conversas.

Terminando de comer, iniciamos um sorteio de colares e bolsas. Minha companheira, que está sentada na frente dos objetos, fica de olho em uma das bolsas. Em um momento do sorteio, falam meu nome: “João”. Quando levanto, ouço o senhor que apresentou sobre o histórico na Rocinha comentar: “é do coletivo” — já o havia conhecido de outras duas oportunidades que estava com ele, algumas semanas antes: em uma visita ao Parque Ecológico e em uma reunião do coletivo de moradores na Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem. Escolho a bolsa que minha companheira queria e dou para ela, e ouço falarem: “muito fofo”. No final do sorteio, para aqueles que não tiveram a sorte de serem selecionados para esses presentes, deram até a chance de um último sorteio, dessa vez para ganharem uns trocados — dinheiro que veio ao ser “passado o chapéu” entre nós mesmos.

O sentimento de acolhimento na presença de todas essas pessoas foi muito grande, e, tanto eu como minha companheira nos sentimos bastante “energizados” ao sairmos de lá. O almoço termina, o restante da feijoada é distribuído aos interessados, e decidimos descer para irmos embora com uma parte do grupo.

No caminho, a pessoa que nos guia, o senhor da liderança local, se confunde por um instante e caímos em um beco sem saída. Retrocedemos um pouco nossa trajetória e vemos um grupo de jovens curtindo um som de pagode. Um pouco mais à frente, em uma parte mais enclausurada desse caminho, nos deparamos com mais um rapaz olheiro sentado, encapuzado e no celular, fazendo seu serviço.

Logo em seguida, paro para vislumbrar, apenas com meus olhos, sem fotos, uma paisagem para a praia de São Conrado incomparável, que nunca sairá de minha mente: a Rocinha como um vale, sendo banhado pelo sol mais dourado que já se viu, e encoberto por uma cadeia de montanhas em escala monumental, pré-histórica,

de tempos de gigantes. Saio do meu êxtase, e mais à frente nos despedimos de nosso colega da liderança em um cruzamento, exatamente em um ponto em que se encontra mais um grupo de garotos “munidos”.

Só que após essa rápida despedida, ainda temos uma parte do caminho para descer, e, nesse instante, confesso que me senti com medo, sem um ponto de referência. A sensação que não gostaria que acontecesse acaba de chegar: a de um estranho em um lugar que não é o meu. Mas o estranhamento é inerente aos encontros, e os encontros são parte da vida vivida. Apesar do fato, uma outra senhora que está com a gente conhece bem o caminho — ela não mora mais na Rocinha, mas já morou por anos — então já temos novamente um guia de confiança para o nosso retorno.

Voltamos para a Estrada da Gávea, da esquina de onde havíamos começado o trajeto, e de lá pegamos a van no ponto de onde havíamos anteriormente saltado, para finalmente descermos. Na feijoada não teve bebida, então sentimos vontade de parar em um bar no caminho de volta pra casa, já que faltou uma caipirinha pra molhar nossa garganta. Ou só aquela cervejinha mesmo.

### 8.3

#### **Anexo 3: Roteiro para entrevista semiestruturada**

A série de perguntas, elaboradas para terem uma flexibilidade na sua disposição, buscaram obter resultados que pudessem expressar os mais diversos tipos de camadas de compreensão, situando as questões do espaço físico com sua trajetória no tempo, e exprimindo quais seriam suas possíveis significações e/ou ressignificações no ambiente urbano compreendido como a favela da Rocinha.

Portanto, foi desejado a partir desse roteiro, serem recolhidos dados que se expressassem por seu caráter qualitativo, servindo como espécies de “amostras de vivência”, testemunhos da vida real. Seguem as perguntas semiestruturadas:

1. Como foi sua trajetória para construir e/ou obter a sua laje?
2. Como você decidiu sobre o que fazer de uso na sua laje?

3. Caso você não tenha acesso à uma laje de cobertura onde mora, você tem algum amigo ou familiar que a tenha? Se sim, como funciona sua relação com essa(s) pessoa(s), caso queira utilizar de alguma forma o espaço que ela proporciona?
4. De que forma você percebe a interação da comunidade com as atividades que podem ser proporcionadas por uma laje?
5. A pandemia de COVID-19 mudou de alguma forma a maneira como você usa e se apropria da sua laje ou a de outras pessoas? Se sim, como?
6. Você acredita que o espaço que a laje oferece pode servir para serem realizadas festividades, comemorações ou demais eventos que não seriam possíveis em outros espaços na favela?
7. Você acredita que o espaço que a laje oferece pode servir, de uma forma geral, como meio para que os moradores se sintam com um pertencimento mais fortalecido dentro da comunidade?

#### 8.4

##### **Anexo 4: Resultados das entrevistas no Parque Ecológico da Rocinha, 27.08.22**

Servindo como amostragens qualitativas, foram coletadas respostas de uma entrevista semiestruturada, realizada durante evento no Parque Ecológico da Rocinha e organizado pelo coletivo APER (Amigos do Parque Ecológico da Rocinha), no dia 27 de agosto de 2022.

- **“Moradora A”**: Prestes a se aposentar, é frequentadora assídua da praia de São Conrado, onde joga frescobol regularmente. Possui uma laje de cobertura com vista para a Pedra da Gávea, e tem o desejo de utilizá-la — assim como já observou sendo feito em outras lajes na Rocinha — para aluguel de eventos. Gostaria que seu ambiente fosse aproveitado para atividades como churrascos, e que pudessem durar ao longo de um dia, preferencialmente no período da manhã até a tarde.

- **“Moradora B”:** Reside na Rua 1, é professora e coordenou o projeto "Portinari nas Quebradas", que incluiu uma exposição na Biblioteca Parque da Rocinha, de 15 a 27 de agosto de 2022. Não possui uma laje de cobertura, mas quando precisa facilmente tem seu acesso: geralmente entra em contato com sua vizinha de cobertura, que mora em cima dela, ou até com vizinhas próximas que a possuem, e as usa para atividades de seu cotidiano, como estender roupas. Afirma que sua atuação profissional como professora, que exerce desde 1999, a permitiu possuir uma extensa rede social, tendo contatos que convém de acordo com suas necessidades, incluindo o uso de um espaço de laje. Em um terreno próximo de onde reside está construindo uma nova laje, como possível opção de moradia para seu filho no futuro.
- **“Morador C”:** Artista de grafite. Quando morava com seus pais tinha acesso a uma laje de cobertura, a qual, segundo ele, utilizava para "brisar", ou seja: aproveitar este espaço simplesmente para relaxar, em momentos de descontração e lazer. Atualmente, quando quer usufruir de um espaço para os mesmos fins, tem a possibilidade através de uma laje que pertence à sua avó.

## 8.5

### Anexo 5: Resultados das entrevistas no Parque Ecológico da Rocinha, 29.10.22

Servindo como amostragens qualitativas, foram coletadas respostas de uma entrevista semiestruturada, realizada durante evento no Parque Ecológico da Rocinha e organizado pelo coletivo APER (Amigos do Parque Ecológico da Rocinha), no dia 29 de outubro de 2022.

- **“Moradora D”:** Escritora que mora há 55 anos na Rocinha, representa uma importante liderança histórica na comunidade. Vai vender o edifício em que mora, e possui uma rotina de trabalho que ocupa a maior parte de seu tempo. Com isso, afirma que nunca teve muita oportunidade de aproveitar o ambiente que sua laje de cobertura proporciona, a utilizando simplesmente

para atividades corriqueiras: espaço de caixa d'água, estender roupas e tomar sol.

- **“Moradora E”:** Escritora que mora hoje na sua segunda casa, na Cachopa, após retornar do Ceará. Possui uma laje espaçosa, no terceiro andar, mas que não terminou de ajeitar por completo o espaço: falta murar, e depois fazer uma cobertura, que possa também deixar transbordar alguma luz do sol. Apesar de ainda não utilizá-la plenamente, seu marido já tem canteiros de horta onde produz diversas hortaliças. Mesmo assim, após a finalização dessas obras, pretende utilizar o espaço, que hoje é um "puxadinho", convidando pessoas para fazer saraus literários, com a intenção de escritores declamarem poesias e também se reunirem para almoços. Afirma que sua herança nordestina faz com que goste muito de realizar encontros com refeições.
- **“Moradora F”:** Se tornou mãe aos onze anos e desde os catorze trabalha. Portanto, desde cedo possui uma visão empreendedora: quando morava com seus pais, uma empregada doméstica e um pedreiro, sempre tentava-os convencer de utilizarem a laje que possuem para aluguel de festas, um espaço para desfrutarem com consumação de comida e bebida. Mesmo morando atualmente fora da casa dos pais — no primeiro andar de uma construção de três andares (na qual o morador do último andar possui uma ótima laje de cobertura) — ainda insiste na tentativa de convencê-los de fazerem esse investimento, porém com pouco resultado. Segundo ela, permanecerá nessa insistência "até morrer", mesmo que em todos os momentos seus pais acabem "desconversando". Considera que eles estão perdendo uma grande oportunidade, ainda mais após ter observado que o vizinho ao lado construiu recentemente uma piscina em sua laje.

## 8.6

### **Anexo 6: Resultados das entrevistas no Parque Ecológico da Rocinha, 17.12.22**

Servindo como amostragens qualitativas, foram coletadas respostas de uma entrevista semiestruturada, realizada durante evento no Parque Ecológico da



Rocinha e organizado pelo coletivo APER (Amigos do Parque Ecológico da Rocinha), no dia 17 de dezembro de 2022.

- **“Moradora G”:** Organizadora do projeto Horta na Laje. Começou a plantar na laje de sua casa durante a pandemia, seguindo a tradição de plantio que teve com o aprendizado de seu pai durante a infância. Incentiva as pessoas a participarem, mobilizando seus vizinhos mais próximos a também plantarem em suas lajes. Ensina em seu canal no *YouTube*, mas também em outras plataformas, como o *Instagram* e o *Whatsapp*, a fazerem o plantio em embalagens de plástico, garrafa pet e garrafões. Além disso, realiza sorteio de sementes com moradores. Gostaria de participar ensinando o plantio na casa dos moradores, sempre considerando suas questões de privacidade. Seu ensinamento ocorre dentro da Rocinha, com vizinhos, mas extrapola seus limites territoriais pelo seu alcance no meio digital. Diz que as pessoas que têm lajes são privilegiadas: existe uma sensação de orgulho, e o olhar das pessoas de fora a respeito desses espaços geralmente é positivo. Entende a sua laje como espaço para reunião de família e se divertir, colocando uma piscina etc. Considera que na pandemia foi quando se teve o ponto de partida de suas atividades, onde tudo começou com o plantio de morangos. Começou a pesquisar sobre o assunto, e viu que as mudas seriam uma grande oportunidade para plantar. Considera que ocupar seu tempo plantando foi uma atividade muito benéfica para sua saúde mental, ajudando nos momentos de isolamento.
- **“Moradora H”:** Utiliza sua laje para os fins corriqueiros de sua necessidade: tomar sol, estender roupa, pequenos plantios. Para o último, gostaria de aprimorar mais seus conhecimentos a partir das articulações com movimentos de hortas nas lajes que já ocorrem na Rocinha. É bastante ativa nas redes sociais e percebe que seu movimento se dá principalmente fora de sua casa, então seu pertencimento se dá especialmente nos espaços públicos de convívio, como no caso do Parque Ecológico da Rocinha, onde adora estar ao ar livre no verde.

- **“Moradora I”:** Mora há 56 anos, desde que nasceu, na Rua 1. Sua laje não é de acesso livre para qualquer visitante, então afirma que precisa haver uma comunicação ao "controle" vigente para se ter seu acesso. Vive com essa preocupação, e menciona que quando frequentam a laje não há possibilidade de tirarem fotos nas vistas laterais do edifício, apenas para a paisagem. Percebe que na parte "consolidada" da Rocinha, próximo à Via Ápia, o tipo de uso vinculado mais ao lazer, podendo serem alugadas as lajes para eventos, se torna bem mais frequente, como resultado desse dado social: em partes mais afastadas, na “Rocinha profunda”, tal uso se impossibilita pelos entraves citados. Ao afirmar que a questão de saúde é um problema constante, evidenciado pelos frequentes casos de tuberculose, evidencia que a laje se põe como opção tendo em vista sua viabilidade como "respiro". Nos últimos anos, inclusive, percebeu que seus vizinhos priorizaram os usos de suas lajes, começando no momento da pandemia e ocorrendo até hoje. Moradores ao seu redor “muraram” suas lajes, e tem valorizado esse uso exclusivo desde a época de isolamento social.